

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS

AS CONTROVÉRSIAS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO
BRASIL PERÍODO 1960 – 2014: breve análise de indicadores
econômicos

Fábio Lopes Ribeiro

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS

**AS CONTROVÉRSIAS DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO
BRASIL PERÍODO 1960 – 2014: breve análise de indicadores
econômicos**

FÁBIO LOPES RIBEIRO

Sob a orientação do professor

Cícero

Três Rios, RJ

Monografia submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel no curso
Ciências Econômicas da UFRRJ – Unidade
de Três Rios.

Dedico a conclusão deste trabalho a todos os meus familiares, pelas inúmeras vezes em que não pude compartilhar com eles os momentos alegres, felizes e de emoções, que jamais conseguirei repor. Aos meus amigos, pelo incentivo e estímulos, nos momentos em que pensei em desistir desta missão árdua, porém necessária do saber. E, principalmente a Deus, que sempre esteve comigo, me ensinado os caminhos a seguir, me capacitando e me habilitando a superar os obstáculos que julguei intransponíveis.

RESUMO

Neste trabalho verificaremos como a distribuição de renda se desenvolveu através dos indicadores sociais comparando o IDH, o coeficiente de Gini, a distribuição funcional da renda, renda per capita, salário mínimo real e desemprego no período de 1960 a 2014. Apresentaremos com mais detalhes no capítulo I referente a essa discussão, como também abordaremos o mercado interno e externo do trabalho.

Demonstraremos também a influência dos padrões produtivos nesse mesmo período, analisando a tese da compressão salarial de Fishlow, como a tese do crescimento acelerado através do “Efeito Kuznetz” e o desequilíbrio causado pela ineficiência do sistema educacional de Langoni. Verificaremos também mais detalhadamente a inelasticidade da oferta de mão de obra qualificada causada pela corrida tecnológica e da defasagem do sistema educacional.

Investigaremos a tese de abertura da amplitude salarial dos gerentes em relação sua posição hierárquica segundo Bacha. Entraremos também mais detalhadamente do Milagre econômico ocorrido na década de 1970, a qual antecedeu a década de 80 a conhecida década perdida. Seguiremos falando sobre a tentativa de retomada de estabilidade econômica nos anos 90.

Seguindo a linha do tempo desse trabalho, falaremos no período de 2000 a 2014 destacando a evolução do emprego formal no Brasil. Essas análises estão descritas no Capítulo II deste trabalho.

Finalizaremos esse estudo salientando as políticas sociais, dentre as que serão analisadas estão: O projeto Neoliberal e a questão social; O progresso econômico e a inclusão social; A desigualdade como fundamento da sociedade brasileira; Uma análise das condições de vida da população brasileira; Distribuição de rendimentos; Condições de vida pela visão da realização de direitos; A conjuntura Nacional e Internacional da Reiteração do debate sobre a distribuição de renda e crescimento; E as ideias centrais das correntes de debate. Essas políticas estão dispostas em uma análise mais aprofundada no capítulo III deste trabalho.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	4
SUMÁRIO.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – Indicadores Sociais	9
 CAPÍTULO II – As influências dos novos padrões produtivos nos anos de 1960 – 2014.....	 22
2.1 – A tese da compressão salarial: Fishlow.....	26
2.2 – A tese do crescimento acelerado através do “Efeito Kuztnets” e o desequilíbrio causado pela ineficiência do sistema educacional: Langoni	27
2.2.1 – “Efeito Kuztnets”	27
2.3 – A inelasticidade da oferta de mão de obra qualificada causada pela corrida tecnológica e pela defasagem no sistema educacional.....	28
2.4 – A tese da abertura do leque salarial dos gerentes e a relação com sua posição hierárquica: Bacha.....	29
2.5 – As políticas do “Milagre Econômico”	32
2.6– Anos 80: A década perdida.....	35
2.7– Anos 90: A tentativa de estabilidade econômica.....	38
2.8 – Anos 2000 – 2014: A evolução do emprego formal no Brasil.....	50
2.9 – Condições de Habitação – Serviços Básicos nos domicílios	55

CAPÍTULO III – Políticas Sociais	58
3.1 – Projeto Neoliberal e a Questão social	58
3.2 – O Progresso Econômico e a inclusão social	59
3.3 – A desigualdade como fundamento da sociedade brasileira	63
3.4 – Uma análise das condições de vida da população brasileira	69
3.5 – Distribuição de Rendimentos	72
3.6 - Condições de vida pela visão da realização de direitos	73
3.7 – A conjuntura Nacional e Internacional da reintegração do debate sobre a distribuição de renda e crescimento	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

INTRODUÇÃO

Começaremos abordando os indicadores sociais, nos quais servem para medir o quanto se desenvolveu a distribuição de renda no Brasil, entre os indicadores sociais estudados estão: IDH, O coeficiente de Gini, a distribuição funcional da renda, renda per capita, salário mínimo real e desemprego no período. Em seguida, debateremos sobre a influência dos novos padrões produtivos ocorridos neste período, nos quais discutiremos a tese da compressão salarial de Fishlow, a tese do crescimento acelerado através do “Efeito Kuznets” e o desequilíbrio causado pela ineficiência do sistema educacional de Langoni.

Analisaremos também, a inelasticidade da oferta de mão de obra qualificada causada pela corrida tecnológica e pela defasagem do sistema educacional, a tese da abertura do leque salarial dos gerentes e a relação da sua posição hierárquica segundo Bacha. Discutiremos também sobre a década perdida que ocorreu em 1980, a tentativa de estabilização econômica em 1990 e a evolução do emprego formal no Brasil. Finalizaremos esse trabalho tratando sobre as políticas sociais que são elas: Projeto Neoliberal e a Questão social; O progresso econômico e a inclusão social; a desigualdade como fundamento da sociedade brasileira; uma análise das condições de vida da população brasileira; distribuição de rendimentos; condições de vida pela visão da realização das condições de direitos; A conjuntura Nacional e Internacional da reintegração do debate sobre a distribuição de renda e seu crescimento; e as ideias centrais do debate.

O principal fator que nos levou para elaboração desse trabalho, foi a má distribuição de renda e suas políticas adotadas no Brasil.

No entanto, as políticas de transferência de renda adotadas a partir do governo Lula contribuíram para melhorar a distribuição de renda no Brasil. Nos quais, as políticas adotadas neste governo foram adequadas e cumpriram com o seu objetivo.

O objetivo é verificar se as políticas de transferência de renda a partir do governo Lula foram mais efetivas do que aquelas adotadas em governos anteriores no seu objetivo e redução de melhora nos indicadores de distribuição de renda.

Esse trabalho pretende fazer um estudo sobre a distribuição de renda, tendo por base a seguinte “linha de tempo”, os períodos de 1960 a 2014 de forma que será demonstrado como se desenvolveu a distribuição de renda se as políticas adotadas fizeram efeito positivo ou negativo na população brasileira.

A metodologia adotada nesse trabalho foi de comparar os indicadores sociais (IDH, Coeficiente de Gini, distribuição funcional e pessoal da renda, salário mínimo real, desemprego no período de 1960 a 2014 e renda per capita. Diferenciar as iniciativas de políticas voltadas para melhorar a distribuição de renda nos períodos: anos 60, milagre econômico, anos 80, anos 90 e 2000. Iniciar com as reformas de base de João Gullar, verificar os resultados da industrialização, as políticas do Milagre Econômico, as políticas dos anos 80 e a constituição de 1988, as políticas de renda mínima, nos anos de 2000 verificar as políticas de transferência de renda. Identificar as teorias que dão apoio aos diferentes períodos e respectivas políticas e demonstrar as diferenças nessas teorias.

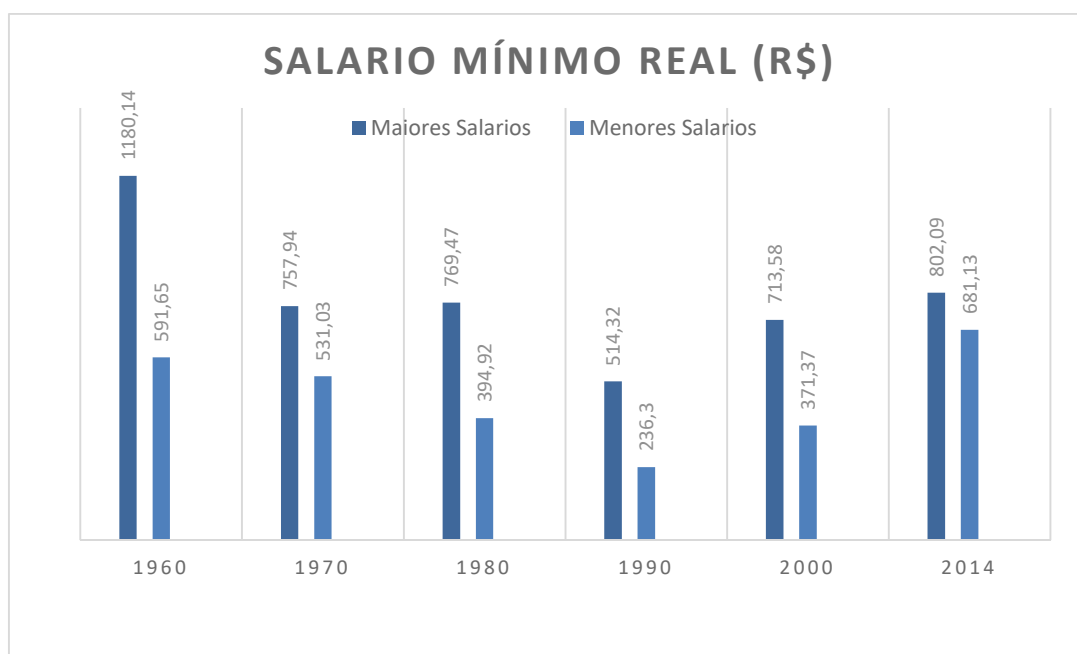
O trabalho de conclusão de curso estrutura-se em três capítulos, apresentando-se no primeiro capítulo dos indicadores sociais que são eles: IDH, Coeficiente de Gini, distribuição funcional e pessoal da renda, salário mínimo real, desemprego no período de 1960 a 2014. No segundo capítulo, abordaremos a influência dos novos padrões produtivos dos anos de 1960 a 2014. No terceiro capítulo, entraremos mais a fundo nas políticas sociais.

Capítulo I

Indicadores Sociais

Neste capítulo verificaremos através de indicadores como que se desenvolveu a distribuição de renda, comparando o IDH, o coeficiente de Gini, a distribuição funcional e pessoal da renda, renda per capita, salário mínimo real e desemprego no período de 1960 a 2014.

Começaremos mostrando de que forma o salário mínimo real se comportou nos períodos de 1960 a 2014, faremos também uma breve análise a respeito do assunto.



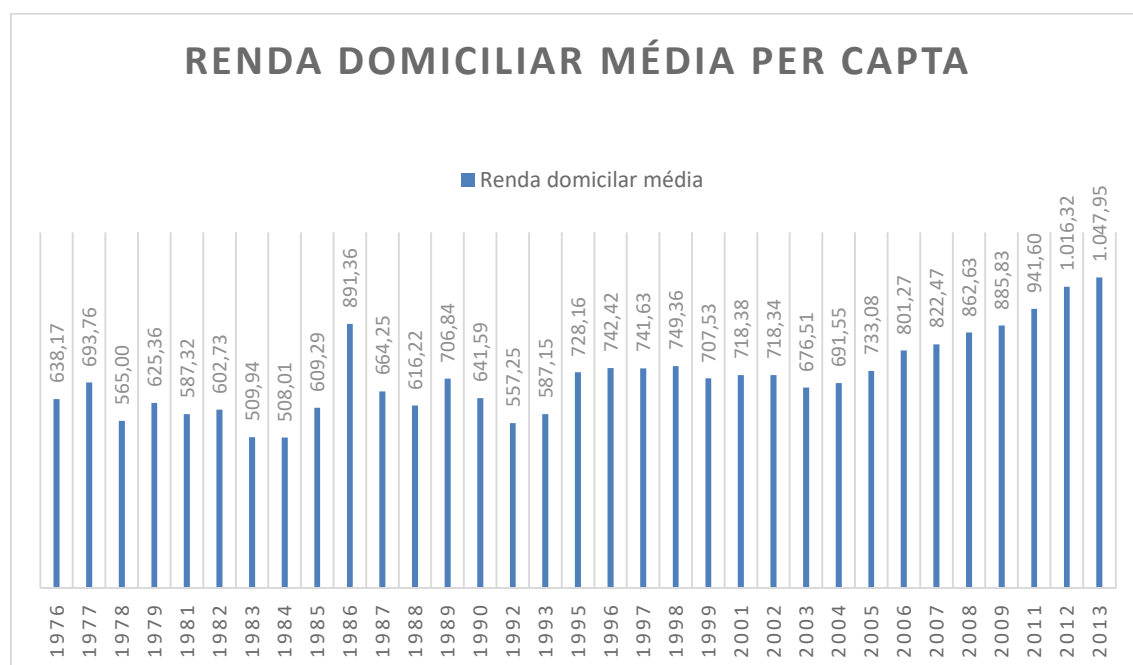
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Podemos perceber que nos anos de 1960, o salário mínimo real sofreu uma variação de 50,13% entre a maior e a menor média, pois, entre os valores mostrados o salário real caiu praticamente pela metade. Porém, comparando 1960 e 1970 houve uma leve queda de 64,22% entre os maiores salários mínimos reais, já entre os menores salários eles se mantiveram praticamente estáveis nesse período.

Em 1980 notamos que entre os maiores salários reais não houve um aumento considerável, se compararmos a 1970, no entanto, entre os menores salários, obtivemos uma baixa considerável se compararmos aos anos anteriores que foi de 74,36%. Se observarmos no gráfico, essa queda vem se acentuando até 1990 onde os maiores e os menores salários mínimos reais, chegaram a seu pior patamar registrando respectivamente 66,84% e 59,83%. Isso mostra que as famílias tiveram seu poder de compra e sua renda mais baixa.

A partir dos anos 2000, os salários reais voltaram a ter uma ascensão devido a retomada de crescimento se compararmos ao período de 1990, essa alta foi de 72,07% e 63,62% respectivamente. Entre 2000 e 2014, ocorreu um leve aumento na média dos maiores salários reais e uma elevação considerável entre os menores salários reais que foi de 183,41%, isso vem mostrar que houve uma melhor distribuição de renda entre as classes mais baixas.

Verificaremos agora graficamente como evoluiu a renda domiciliar média per capita no Brasil desde 1976 até 2013.



Fonte: Instituto de Economia Aplicada

Ao analisarmos o gráfico mostrado acima, percebemos que em 1976 a renda média era de apenas R\$ 638,17 e ao passar dos anos essa renda sofreu pouca variação até o ano de 1984, onde a renda domiciliar caiu para R\$ 508,01, queda de 79,6% nesse período. Nos anos de 1985 e 1986, ocorreu uma elevação considerável na renda domiciliar elevando a média em reais para respectivamente R\$ 609,29 e R\$ 891,36 e alta de 83,37% e 68,35%. No ano de 1987 a ocorreu uma nova baixa na renda que foi de 74,52% se compararmos ao ano anterior. No período entre 1988 até 1990, a renda domiciliar média sofreu pouca variação, no entanto, em 1992 até 1995 renda per capita teve uma forte queda chegando ao patamar de 78,83% se comparado ao ano de 1989.

Porém, em 1995 essa renda domiciliar deu um salto de R\$ 587,15 para R\$ 728,16 aumento de 80,63%, na qual veio se mantendo praticamente estável até o ano de 2006, onde a partir deste ano a renda veio numa crescente até 2013, chegando ao patamar em reais de R\$ 1.047,95, aumentando o poder de compra das famílias.

Abrangeremos bem mais esse assunto ao abordarmos agora a distribuição funcional e pessoal da renda.

Na grande parte dos casos, o estudo sobre a distribuição funcional da renda ocorre em alguns setores específicos da economia, mais precisamente na indústria. Os dados que se apresentam no setor industrial tem maior precisão por se referirem a atividades relacionadas ao trabalho predominantemente formal, cujo os indicadores são extremamente controlados.

O mercado de trabalho brasileiro tem por característica a segmentação acentuada no qual se desenha como um reflexo imediato da heterogeneidade setorial determinada historicamente pelo processo de desenvolvimento capitalista do país. Desta maneira, o mercado de trabalho brasileiro pode ser dividido em um mercado externo e mercado interno de trabalho.

Falaremos agora um pouco desses dois mercados:

Mercado Interno de trabalho: Nesse mercado estão localizados os empregados dos setores industriais organizados, área de característica

oligopolista, onde os salários dos postos de trabalho estão determinados por uma estrutura ocupacional definida, nas quais há regras de administração próprias, estão relacionadas a fatores tecnológicos e não estão representadas nos setores mais atrasados na economia.

Mercado Externo de trabalho: Ao contrário do que foi dito no caso anterior, os trabalhadores neste caso não precisam apresentar nenhuma qualificação profissional e suas remunerações são determinadas por fatores aleatórios do funcionamento do mercado de trabalho em geral, essas são as chamadas “forças de oferta e demanda”, que variam de acordo com as flutuações do ciclo econômico. Nesse mercado tanto em setores mais atrasados da economia, quanto aqueles setores que estão localizados na base da pirâmide ocupacional dos setores oligopolizados da estrutura produtiva (faxineira, vigia, etc. das empresas de alta concentração de capital).

O processo da determinação salarial em ambos os casos ditos acima, diferem bastante especialmente em um tipo de desenvolvimento, como o brasileiro, que é marcado pela exclusão social. Essa dinâmica da exclusão e a evolução tecnológica determinaram o cancelamento dos postos de trabalho de mais baixa remuneração, aqueles em que os trabalhadores são menos qualificados. Esses fatores ocorrem nos setores industriais mais ativos.

Esse procedimento tende ainda mais debilitar a possibilidade de recuperação dos rendimentos reais dos trabalhadores do mercado externo de trabalho, mesmo quando a conjuntura econômica se torna mais propícia ao aumento geral do nível de produção e de emprego.

Em resumo: A possibilidade de remunerar de modo expressivo uma parcela de sua mão-de-obra com salários relativamente baixos, permite que os principais setores capitalistas da economia brasileira, o pagamento de altos salários para alguns blocos de sua estrutura ocupacional, sem que sejam suprimidas suas margens de lucros.

Segundo Bacha (1975) “a relação entre a remuneração dos gerentes e os salários dos trabalhadores tem a ver não com sua importância funcional relativa, mais com a razão entre lucros e salários existentes na economia”.

A precariedade da mão-de-obra faz com que, mesmo nos momentos que ocorre melhoras na economia, não ocorram pressões por uma real recuperação do valor real das remunerações de base da estrutura ocupacional (Década de 1990).

Podemos então dizer que, os fatores estruturais da economia brasileira junto a opção política de dificultar, por exemplo, que o Estado brasileiro auxiliasse em uma grande recuperação do valor real do salário mínimo nacional nos anos em que houve maior prosperidade (mais precisamente na época do “milagre brasileiro”, quando se estendeu a dispersão salarial, em um período de extermínio das liberdades políticas e sindicais), isso levou a um arcabouço acentuadamente desigual, em um mercado de trabalho sem estrutura em sua base e excessivamente flexível (Oliveira e Mattoso, 1996).

Discutiremos agora sobre a estruturação e a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e quais impactos são causados sobre a distribuição de renda.

Os dados da tabela a seguir vão mostrar que, entre 1940 e 1980, enquanto que a população total e a população economicamente ativa (PEA) aumentou a uma taxa média anual, respectivamente de 2,7 e 2,6%, o emprego assalariado com carteira assinada elevava-se a uma média anual que superava 6% (o bloco do assalariamento, ou seja, o assalariamento que inclui as contratações com registro em carteira e as sem registro, elevou-se consideravelmente acima das variações da PEA e da população total, cerca de 3,6% ao ano em média).

Essa diferença é acumulada ao longo de quarenta anos, o que fez ampliar de maneira eminente o peso do emprego assalariado formal (e também fez elevar o peso do assalariamento dos segmentos), no conjunto das ocupações do mercado de trabalho brasileiro no período. Por outro lado, diminuiu o peso relativo da ocupação por conta própria e diminuiu também, a taxa de desemprego, assim como a taxa de mão-de-obra, definida por Pochmann(1999) com a totalidade das seguintes situações: trabalhadores por

conta própria (ou autônomos), trabalhadores sem remuneração (situação mais encontrada nos setores agrícolas) e os trabalhadores desempregados.

Portanto, podemos concluir que, pelos dados apresentados, que cerca de 80% do total das ocupações criadas no período citado, eram baseadas de assalariamento, das quais cerca de 85% eram formalizados.

Tabela:

Evolução da população economicamente ativa, da condição de ocupação e do desemprego

1940-1980.

Itens	1940	1980	Variação absoluta anual (**)	Variação relativa anual em (% a.a)
Valores Absolutos				
População total	41.165,30	119.002,30	1.946	2,69
PEA	15.751,00	43.235,70	687,1	2,56
Percentuais				
Empregador	2,3	3,1	24,4	3,32
Conta Própria	29,8	22,1	121,5	1,79
Sem Remuneração	19,6	9,2	22,3	0,63
Assalariado	42	62,8	513,4	3,59
com registro	12,1	49,2	484,2	6,22
sem registro	29,9	13,6	29,3	0,56
Desemprego	6,3	2,8	5,5	0,5
taxa de mão-de-obra (*)	55,7	34,1	149,3	1,13

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos e Estatísticos do Brasil, MTb (apud Pochmann, 1999).

(*) conta própria, sem remuneração, desempregado

(**) em milhares

Desde já, é preciso destacar a inclusão do trabalhador com registro formal nos setores que chamaremos aqui de “setores organizados” do mercado de trabalho brasileiro. A expansão do número de trabalhadores com registro formal (carteira assinada) nos setores organizados do mercado de trabalho, simboliza o aumento do número de trabalhadores sujeitos ao estatuto legal que rege as relações de trabalho, o que significa mostrar que os trabalhadores passam a ser acolhidos pela legislação trabalhista a conhecida (CLT), isso significa que em termos de direitos sociais, trabalhistas e de segurança (relativa) em seu emprego, ou seja, os trabalhadores passam a ter ingresso aos seus direitos mínimos de cidadania, como representações sindicais, proteções ao trabalho, e a possibilidade de questionar a Justiça do Trabalho, a empresa na qual e um colaborador (ou que tenha trabalhado), ou que tenha direito a sua remuneração plena, ou seja, sua remuneração integral, como consta na Legislação.

Argumentaremos agora em cima de outra tabela que será mostrada a seguir, nela chegaremos à conclusão que os dados retirados da tabela anterior no qual descrevemos o processo de industrialização que marcou o período de 1940 a 1980, evidenciaram uma elevação média anual de cerca de 5% nas ocupações secundárias, com evidência para as ocupações no setor organizado da indústria. Da mesma maneira, o setor organizado do terciário mostrou um expressivo crescimento (também próximo a 5% ao ano em média ao longo desses 40 anos).

Pelo dinamismo industrial no período, conforme mostrado na tabela anterior, verificou-se um crescimento da população economicamente ativa

na ordem de 2,6% em média, ao ano no período, enquanto que na tabela que será mostrar a seguir, as ocupações secundárias cresceram próximos a 6%. Ou seja, o processo de industrialização nacional foi marcante e chegou no seu ápice com uma consistente estruturação do mercado de trabalho brasileiro, situação essa que sofreria um revés após os anos 80, quando a economia brasileira foi pela queda das taxas de crescimento do PIB e pela baixa dos salários reais e pela inflação crônica elevada.

Tabela:

Evolução das ocupações não-agrícolas por Segmentos organizados e não-organizados

1940-1980.

Itens	1940	1980	Variação Absoluta anual (**)	Variação relativa anual (em % a.a)
Valores Absolutos				
total não-agrícola em milhares	4.914,30	29.526,30	615,30	4,58
Percentuais				
Organizado	61,6	70,5	444,7	4,94
Não-organizado	38,4	29,5	170,6	3,90
Secundário	30,2	36,2	230,1	5,05
indústria de transformação				
Organizado	17,8	20,2	127,2	4,92
Não-organizado	6,4	5,0	29,1	3,94
Construção Civil	6,0	11,0	73,8	6,18
Terceário	69,8	63,8	385,2	4,35
Organizado	40,0	44,8	280,2	4,83
Não-organizado	29,0	19,0	104,6	3,4

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos e Estatísticos do Brasil, MTb (apud Pochmann, 1999).

(*) Conta Própria, sem remuneração, desempregado.

(**) em milhares.

Mostraremos agora a evolução durante a primeira metade da década de 1990, através dos mesmos indicadores das tabelas anteriores. Um dado a se destacar é que, entre 1989 e 1995 (vide tabela a seguir), a taxa média anual de crescimento da PEA foi de apenas 2% contra cerca de

2,8% entre 1980 e 1991. Simultaneamente, a taxa de criação de postos de trabalho, no período mais recente verificado, foi menor ainda do que havia sido durante o período de 1980 e 1991. O nível salarial, entre 1989 e 1995, elevou a uma média anual de apenas 0,5% contra mais de 2,7% entre os censos de 1980 e 1991.

No governo Collor, a recessão econômica e o insucesso dos Planos Collor I e II, e ainda a estagnação da economia no período, levou ao impeachment do então presidente e o processo de abertura comercial sem planejamento e exagerada dos governos Collor, Itamar, FHC provocaram uma grande retração nos setores industriais, provocando efeitos expressivos na estrutura setorial do emprego não-agrícola.

Tabela:

Evolução da população economicamente ativa, da condição de ocupação e do desemprego. 1989 – 1995.

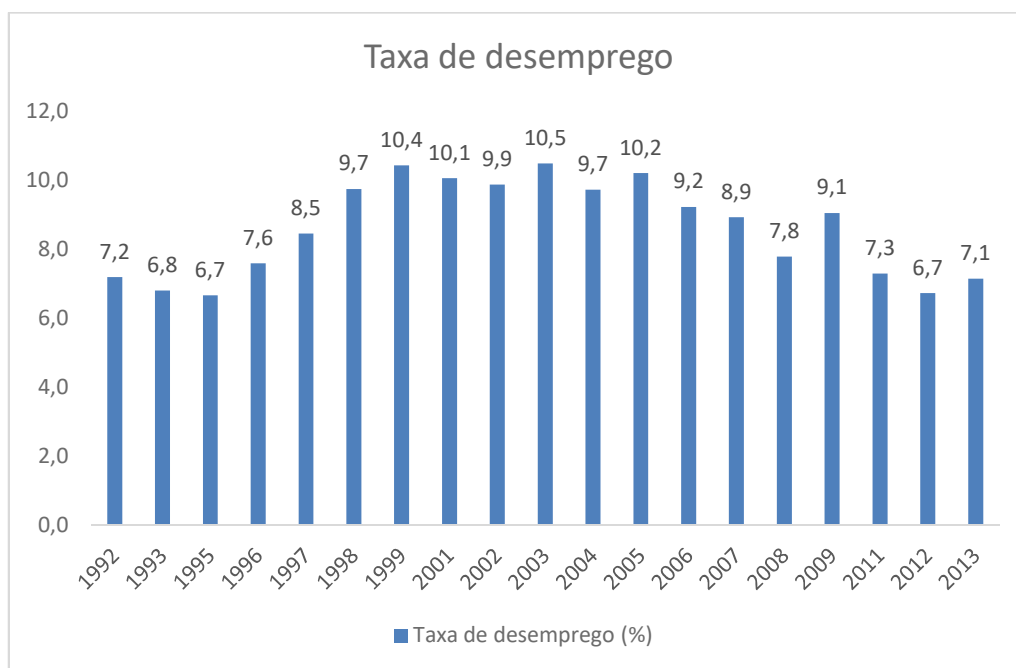
Itens	1989	1995	Variação Absoluta Anual (**)	Variação relativa anual (em % a.a)
Valores Absolutos				
População Total	144.293,10	153.374,60	734,7	0,91
PEA	62.513,20	70.750,50		
Percentuais				
Empregador	4,2	3,9	22,3	0,83
Conta Própria	21,2	22,4	432,6	3,02
Sem remuneração	7,6	9,0	269,4	5,00
Assalariado	64,0	58,2	194,7	0,48
com registro	38,3	30,9	-350,0	-1,41
sem registro	25,7	27,3	541,5	3,12
Desemprego	3,0	6,5	442,1	15,80
Taxa de mão-de-obra (**)	31,8	37,8	1.144,10	5,07

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos e Estatísticos do Brasil, MTb (apud Pochmann, 1999)

(*) conta própria, sem remuneração, desempregado

(**) em milhares

Verificaremos agora o comportamento da taxa de desemprego de 1992 a 2013, e faremos uma breve análise sobre o assunto em questão.

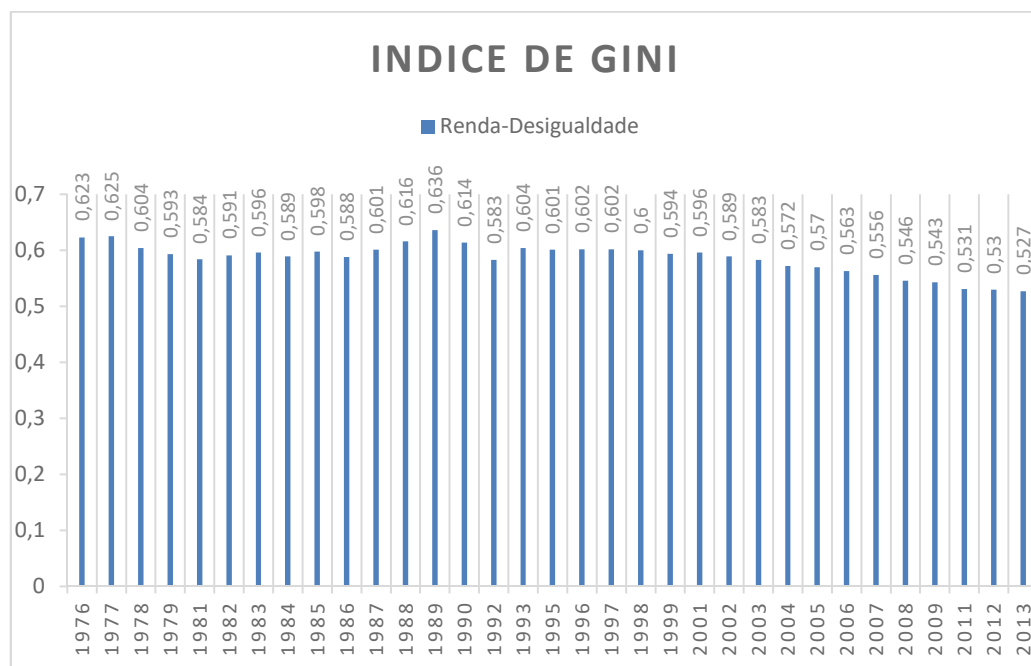


Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Ao analisarmos o gráfico acima, notamos que entre 1992 a 1995 ocorreu uma queda na taxa de desemprego 0,5% e se manteve estável até 1995 onde a partir de 1995 até os anos de 1999 houve um crescimento de 3,7%, no entanto, no mesmo ano em 1999 começou a

declinar a taxa de desemprego até meados de 2002, essa queda foi de 0,5%. Porém de meados de 2002 a meados de 2008 ocorreu uma queda significativa na taxa de desemprego no Brasil nesse período, onde chegou a 2,1% e esse recuo continuou até 2003 chegando a 7,1%, chegando quase ao mesmo patamar de 1992.

Examinaremos agora através do Índice de Gini, a medição da distribuição de renda do Brasil. Esse índice varia entre 0 e 1. Onde quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade e quanto mais próximo de 0, maior será a igualdade das rendas.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Nos anos de 1960, o Brasil possuía o índice de Gini inferior a 0,5. Porém, na época dos governos militares que foi de 1964 a 1985, aplicaram um modelo de crescimento econômico de concentração de renda, que fez com que o índice aumentasse. Entretanto, nos anos 90 com a queda na inflação, o índice sofreu uma queda. A partir dos anos 2000 percebemos

uma melhora na distribuição de renda, pois os índices mostram se aproximaram um pouco mais de 0, como podemos ver em 2013 que o índice chegou a 0,527, comparados aos anos anteriores.

Verificaremos agora como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), progrediu no Brasil. Em 2010 o índice foi de 0,715 se compararmos a 2011, onde o mesmo chegou a 0,718, levando o país a subir uma posição no ranking global do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) deste ano. Devido a isso, o país passou de 85^a para 84^a posição, ficando no grupo dos países com mais desenvolvimento humano.

Ressaltamos que estamos considerando o IDH a partir do ano de 1980, tendo em vista tratar-se de um índice de utilização recente, sem dados previstos nos anos de 1960 a 1970.

Abordaremos agora as séries Históricas no Brasil para termos uma melhor visão geral dessa evolução. Vamos analisar os anos de 1980 até 2011.

	Expectativa de vida no nascimento	Expectativa de anos de escolaridade	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (PPP\$ 2005)	Valor do IDH
1980	62,5	14,1	2,6	7.306	0,549
1985	64,4	14,1	3,2	6.732	0,575
1990	66,3	14,1	3,8	6.978	0,600
1995	68,3	14,1	4,6	7.610	0,634
2000	70,1	14,5	5,6	7.698	0,665
2005	71,6	14,2	6,6	8.260	0,692
2010	73,1	13,8	7,2	9.812	0,715
2011	73,5	13,8	7,2	10.162	0,718

O quadro acima esclarece positivamente que entre 1980 e 2011, o valor do IDH elevou-se 31% pulando de 0,549 para 0,718. Essa atuação foi apurada pelo aumento na expectativa de vida no país (11 anos no período), e também pela melhora na média de escolaridade (4,6 anos a

mais) e pelo crescimento da renda nacional bruta (RNB) per capita que foi de quase 40% entre 1980 e 2011.

Com base nos dados descritos acima, certificou-se que a taxa de crescimento do IDH no Brasil foi de 0,87%, entre 1980 a 2011. O melhor desempenho perante a América Latina, que obteve (0,73%) e os países desenvolvidos (0,61%).

Esse progresso pode ser visto para o Brasil entre os anos de 1990 e 2011, quanto a taxa média de crescimento do IDH foi de 0,86%, enquanto que na América Latina de 0,76% e dos países desenvolvidos foi de 0,64%.

Se verificarmos um período mais curto de 2000 a 2011, o Brasil teve a seguinte trajetória: O Brasil progrediu 0,69%, América Latina 0,66% e os países desenvolvidos 0,70%.

É importante frisar que para países em desenvolvimento humano elevado de 2000 a 2011 foi de 0,33%, ou seja, quanto mais o país é desenvolvido, menor será sua taxa de crescimento do IDH. Esse fenômeno também é chamado de concavidade de taxas de crescimento.

O IDH serve para avaliar a evolução a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma longa vida saudável, acesso ao conhecimento e um padrão descente de vida. O acesso ao conhecimento é medido por: i) media de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças de iniciação a vida escolar, que nada mais é que a vida a trajetória escolar da criança. iii) e o padrão de vida, que é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB).

CAPÍTULO II

As influências dos novos padrões produtivos nos anos 1960-2014

Nas décadas de 1960 e 1970, por influência dos novos padrões produtivos e de consumo, do aumento e da segurança em que se mostrava o mercado interno e junto à incorporação comercial e produtiva, fez com que analisássemos com mais interesse a questão da distribuição de renda.

Com a expansão econômica brasileira e com a expectativa de uma nova redistribuição da renda, esse parecia ser o antídoto ideal, que não veio a se confirmar; pelo contrário, pois, à medida que as transformações socioeconômicas e políticas avançavam, a expansão econômica ofereciam novas inserções ocupacionais, bem como o consumo. No entanto, esses benefícios vieram juntos de uma profunda e verdadeira reposição das desigualdades sociais, permanecendo apenas com a “retórica distributiva” e tornando cada vez mais longe e inalcançável e tão necessária, distribuição de renda.

Veremos agora as reformas de base, seus objetivos e finalidades criadas no governo de João Goulart, para explicar melhor a distribuição de renda nos anos 60.

Essas “reformas de base”, conduzida por este governo, tivesse apoio dos blocos sociais urbanos, como os movimentos sindicais, para que essas reformas fossem realizadas far-se-ia necessária mudança no texto constitucional.

O governo compreende que seria necessárias modificações na constituição para poder conquistar de forma pacífica e democrática as Reformas de Base. Goulart imputava a realização das reformas como seu principal objetivo político, a outros acontecimentos importantes na história brasileira, mencionando que as Reformas de Base iniciariam o processo de independência econômica do país. Em suas manifestações, evidenciava o entendimento de que as Reformas de Base significavam alterações necessárias dos fundamentos nas quais estavam estruturada a sociedade brasileira. Vale ressaltar que o objetivo de Goulart não surgiu em seu governo, pois vinha desde de seu trabalho como Ministro do trabalho no segundo governo Vargas e como vice-presidente da república durante o governo JK.

As Reformas também foram apresentadas, porém de forma mais branda, durante o sistema parlamentarista com a indicação por parte de Goulart, do Primeiro Ministro Brochado da Rocha. Que apresentou o programa de governo, em 12 de julho de 1962, com diretrizes alinhadas com o programa trabalhista do PTB, nas quais seguiam os conselhos do Presidente Goulart na mensagem ao Congresso Nacional em 1962. Para isso, as medidas foram divididas em duas. Que são elas: a) medidas de emergência e b) medidas relevantes.

As medidas de emergência continham os seguintes pontos: 1) eliminar a desorganização do abastecimento; conter a inflação; erradicar o analfabetismo; ampliar o mercado de trabalho; 2) criar mecanismos para controle permanente do processo inflacionário e a elevação da eficiência da administração pública; 3) iniciação do processo de reforma agrária.

As medidas relevantes tinham os seguintes aspectos: 1) medidas para o combate à inflação; 2) reforma tributária; 3) reforma administrativa; 4) reforma agrária; 5) reforma cambial; 6) reforma bancária; 7) código de telecomunicações; 8) controle de remessas de lucros para o exterior; 9) eliminar os abusos do poder econômico; 10) reformular as políticas de comércio exterior; 11) nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos controlados pelos capitais estrangeiros; e 12) institucionalizar o planejamento econômico e social.

Os projetos de lei apresentados no parlamento, estava dividido em nove: a) o abastecimento e expansão da produção setor agrícola; b) medidas de revisão agrária; c) repressão ao abuso do poder econômico; d) processo espoliativo; e) medidas administrativas; f) medidas fiscais; g) medidas monetárias e cambiais; h) regulamentação do direito de greve; i) consulta plebiscitária sobre a forma de governo.

Com o retorno do presidencialismo, as reformas foram oficialmente recuperadas como ponto essencial do projeto trabalhistas, designadas inclusive ao Plano Trienal. Essas incluíam: a administrativa, agrária, bancária, e do sistema financeiro, eleitoral e política, do capital estrangeiro, universitária, urbana, tributaria e orçamentaria. Vejamos abaixo um quadro que mostra as reformas e seus objetivos.

Quadro: As reformas de base do governo João Goulart, 1963

REFORMAS	OBJETIVOS
Administrativa	Modificar a estrutura do Estado, adaptando-o a nova realidade brasileira - planejamento sistêmico
Agrária	Redistribuição da terra, criando numerosas classes de pequenos proprietários - assentamentos em áreas improdutivas
Bancárias	Criação do Sistema Financeiro comprometido com as propriedades nacionais: criação do Banco Central
Eleitoral	Concessão de votos aos analfabetos (cerca de metade da população adulta) e a todos os militares
Reforma Cambial e Estatuto do capital estrangeiro	Regulamentação e controle dos investidores estrangeiros e da remessa de lucros, incentivando às exportações; e diminuir a evasão de divisas
Universitaria e da Educação	Ensino e pesquisa dirigidos às necessidades sociais e nacionais, democratização e ampliação do ensino
Urbana	Planejamento e regulamentação do crescimento das cidades, desapropriações de lotes urbanos
Fiscal: Tributário e Orçamentário	Ênfase na arrecadação dos impostos diretos, especialmente o imposto de renda progressivo, simplificação, combate a sonegação

Fonte: Silva (1978) e elaborados pelo autor

As reformas se tornaram a palavra-chave para o governo, com as quais tinha-se pretensão de ampliar suas bases políticas. Em síntese, podemos relatar que as reformas tinham caráter social, distributivo e estatizante. Quando especificarmos algumas das diretrizes, perceberemos o seguinte: a) limites ao capital estrangeiro; b) estatização de empresa e intervencionismo estatal; c) descentralização econômica de investimentos; d) fortalecimento do mercado interno; e) estímulo à pequena e média empresa nacional; f) investimentos maiores nas áreas sociais; e g) melhorias salariais e na distribuição de renda.

Para efetuar essas reformas, Goulart contava com o apoio da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que era influente desde 1960 e já havia se comprometido com as Reformas de Base.

A FPN realizou durante o período do governo Goulart, o papel de porta-voz das organizações progressistas (UNE, CGT, PUA e ligas camponesas e etc.).

O Programa elaborado pela Frente Parlamentar foi dividido em seis partes: 1) Democratização institucional; 2) democratização do ensino e da cultura; 3) Reforma Agrária; 4) Abastecimento e custo de vida; 5) Desenvolvimento econômico independente; 6) política externa independente.

Frequentemente, as reformas eram apresentadas de formas regulares, sem encadeamento lógico, como se não houvesse, relações de subordinação, e como se a realização de uma não dependesse de uma aprovação previa de outras. Devido a isso, priorizar qual ou quais delas deveriam ser realizadas, tornou-se uma tarefa árdua pela qual seus defensores passaram a se dedicar. Em seu livro “Revolução ou Reformas” o autor Corbisier (1968) procura responder os seguintes questionamentos: quais eram as reformas e em que ordem de prioridade deveriam ser realizadas? Por que o Congresso não votou e quais forças de interesses resistiram à sua efetivação? Diante de tais questionamentos, percebe-se então, que havia uma sequência lógica na implementação das reformas de base. Afirmava o autor que elas estão interligadas, pois seu objetivo era realizar uma reforma estrutural do Estado de forma conjunta. No entanto, existia uma ordem cronológica a ser seguida para que as reformas fossem bem sucedidas. Ou seja, além de uma lógica, havia

uma cronologia das reformas sob o entendimento e que se não poderia concebe-las a não ser que elas fossem relacionadas entre si, e que sua realização supunha um encadeamento entre elas.

Na metade dos anos 70 a distribuição de renda provocou um enorme debate, que teve como ponto inicial, o aumento dos índices de concentração pessoal da renda, verificado na década de 60. Três teses explicariam a natureza da elevação da concentração de renda nesse período. São elas: a tese de Fishlow que culpava a compressão salarial ocorrido no governo Castelo Branco entre 1964 e 1967; a de Langoni que mostrou como o crescimento acelerado (e a mudança da estrutura econômica para o setor industrial), acabou concentrando a renda via “efeito Kuznets” e via oferta de mão-de-obra qualificada diante da sua demanda crescente; e Bacha que acusava a abertura do leque salarial dos gerentes das firmas, diante de lucros crescentes. Discutiremos cada tese a seguir:

2.1 – A tese da compressão salarial: Fishlow

Fishlow constata que ocorreu de fato uma elevação da desigualdade pessoal da renda no Brasil durante o período do governo de Castelo Branco (1964-1967), e arrisca através de sua tese, uma interpretação polêmica sobre esse fenômeno. Porém, para Fishlow, a principal causa para essa elevação da desigualdade de renda, concentrava-se nos efeitos devastadores que o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) exerceu sobre o salário mínimo e sobre o salário médio, entre 1964 e 1967. No entanto, Fishlow defende que as políticas utilizadas, restringiram severamente o salário nominal, e simultaneamente aplicaram a “inflação corretiva”, fazendo com que o salário mínimo recuasse 20%; ao contrário da renda per capita, que obteve elevação mais rápida, no mesmo intervalo de tempo (de 1964-1970); com percentual de 22%.

Para Fishlow, o principal responsável pela perda do poder de compra dos salários e pela perda de participação relativa dos trabalhadores na renda total era a subestimação da inflação prevista definida pelas regras de ajustes

salariais, porém nesse período o governo previa uma inflação menor do que efetiva e como as negociações entre patrões e empregados estavam proibidas, os salários acabaram corroídos.

Fishlow também defendia a tese de que o não-repasse da produtividade integral ao salário, em certa medida, era proposital depois de 1964; beneficiaria o aumento da participação da parcela mais rica da população (a classe empresarial) na renda total.

2.2 – A tese do crescimento acelerado através do “efeito Kuznets” e o desequilíbrio causados pela ineficiência do sistema educacional: Langoni

Em estudo realizado em 1973, Langoni utilizou-se de amostras das rendas individuais entorno de 1,27% do total dos censos de 1960 e 1970, concluindo seu entendimento sobre a magnitude e as causas da concentração de renda brasileira. Esta tese passou a ser adotada pelo governo militar, como versão oficial das causas do aumento da concentração de renda, isto segundo Bacha e Taylor (1980:299).

A desigualdade de renda entre 1960 e 1970, devido a rápida expansão da economia que sofreu um aumento considerável, foi o que Langoni tentou mostrar. O desenvolvimento econômico do Brasil concentrou a renda na complementariedade dos seguintes mecanismos: “Efeito Kuznets”; e a corrida tecnológica versus a defasagem na qualificação da força de trabalho. Embora estes mecanismos fossem distintos, eles tinham o mesmo gatilho: o processo de crescimento econômico acelerado disparado pelo processo estrutural de industrialização.

2.2.1 - “Efeito Kuznets”

O primeiro mecanismo pode ser chamado de “Efeito Kuznets”. Pelo trabalho de Kuznets (1955) e ainda pelo fato do Brasil na década de 1960 e 1970 ter em comparação com os países desenvolvidos, uma renda per capita baixa, passando por mudanças estruturais e elevado crescimento econômico;

Langoni (1973) entende que, a relação entre o crescimento econômico e a distribuição de renda sob uma conjuntura específica e uma estrutura socioeconômica singular formaria um U-invertido. De outra forma, diminuiria a desigualdade a partir de um determinado ponto onde a economia teria setores predominantemente de alta produtividade, uma renda per capita mais elevada, e com a taxa de crescimento tornando-se mais branda.

A continua transformação dos setores tradicionais (de baixa produtividade) em setores modernos (de alta produtividade), era um fator de desequilíbrio do desenvolvimento econômico o que aumentava essa desigualdade.

Conforme Langoni (1973), esses desequilíbrios exacerbavam em fase de crescimento acelerado (altos investimentos do processo de desenvolvimento econômico), fazendo a demanda de novos fatores se deslocar para uma oferta de curto e médio prazo contribuindo para o aparecimento de quase-rendas, tanto para o capital humano quanto para o capital físico. Caracterizado pela força de trabalho de setores primários (em geral o rural) de baixa produtividade, e cuja a renda é pouco concentrada migrar para setores modernos e de alta produtividade (geralmente urbano), tornando uma renda mais concentrada mais de efeito temporário tendo em vista que a renda média aumentasse e a taxa de crescimento se estabiliza-se, cairia dessa forma a desigualdade.

2.3 - A inelasticidade da oferta de mão-de-obra qualificada causada pela corrida tecnológica e pela defasagem no sistema educacional brasileiro.

O segundo mecanismo, veio a complementar ao primeiro, pois foi baseado nos desequilíbrios no mercado de trabalho, onde a curva da demanda por mão-de-obra qualificada descola-se sobre uma curva de oferta relativamente inelástica de curto prazo. Ou seja, Langoni elaborou um modelo na qual a elevação da concentração pessoal da renda se baseava em uma corrida entre a expansão tecnológica dos novos setores modernos, que acelerava a demanda por mão-de-obra qualificada, e o atraso do sistema educacional do país tornava inelástica a sua oferta no curto prazo.

Ao utilizarmos o modelo marshalliano estático, notamos que, quando a demanda por trabalhadores qualificados se desloca para cima, sob uma curva de oferta relativamente inelástica ou quase vertical, o salário tende a subir muito e o nível de emprego tende a progredir pouco. Porém, em um olhar mais dinâmico, supõe-se que a velocidade de crescimento da demanda por trabalhadores qualificados (que depende do crescimento tecnológico) é mais rápida que o crescimento da sua oferta inelástica (que depende da velocidade da expansão educacional), terá um aumento elevado dos salários destes trabalhadores, em específico.

Esse modelo surgiu após Langoni assumir a validade da Teoria Neoclássica de determinação do salário, onde a variação do salário real depende da produtividade marginal do fator trabalho.

Segundo Langoni, o impacto do crescimento sobre a distribuição deve ser necessariamente importante nos setores modernos da economia, capazes de absorver com maior intensidade as inovações tecnológicas. Estes desequilíbrios acabariam por gerar um impacto nos diferenciais de salário entre mão-de-obra qualificada e não qualificada.

2.4 - A tese da abertura do leque salarial dos gerentes e a relação com sua posição hierárquica: Bacha

A análise tem início, com a observação que o setor moderno produtivo privado e o setor de serviço governamental seriam internamente organizados de modo hierárquico, para tratar com os problemas de escala. No entanto, essa hierarquia acabava por influenciar dicotomicamente a estrutura salarial média dos funcionários da gerência e executivos (White Collars) e empregados executores de tarefas (subordinados).

Bacha por sua vez, tinha por tese apresentar através de argumentos de natureza sociológica e organizacional, que, enquanto a remuneração dos White Collars estaria ligada aos movimentos do lucro das empresas, os salários dos empregados subordinados (Blue Collars) eram definidos pelo mercado de trabalho neoclássico.

Para Bacha, a maior evidência teórica da ligação entre salário gerencial e lucro da empresa, parece vir da imperfeição do mercado de trabalho e da relação pessoal entre patrão e gerente. Na verdade, os donos do capital estariam dispostos a pagar pelo status de corpo burocrático, para que estes desempenhassem o trabalho de modo mais eficiente e para que a estrutura de poder dentro da firma se tornasse segmentada e evidente.

Porém, Koontz e O'Donnel mantem a hipótese de que "... os gerentes podem ou não possuir qualificações técnicas". Já Bacha, defende a ideia de que a remuneração dos gerentes (e a distribuição de renda) dependeria da taxa de exploração vigente no sistema.

Bacha para provar sua tese empiricamente, mostra que, em um grupo formado por uma ampla amostra das firmas de manufatura brasileira, a remuneração dos gerentes cresceu 7,2% a.a., de 1966 a 1972. Além disso, ele mostra que o salário dos trabalhadores semiqualeificados e qualificados cresceu 2,9% e que o salário dos não qualificados obteve uma queda de 1,3% no mesmo período.

Com a consolidação de uma cadeia industrial complexamente articulada, a economia brasileira passava a conduzir-se segundo uma dinâmica estruturalmente cíclica, de forma que, após a fase inicial de expansão do enorme bloco de inversões produtivas devidas ao Plano de Metas, o sistema aprofundar-se-ia numa fase de desaceleração, assinalada pela queda das taxas de crescimento do produto e do emprego, pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos e por uma aceleração dos níveis de inflação. Todos estes, aspectos que esclareciam tanto os desajustes ainda presentes entre as estruturas de oferta e demanda, como também uma crise de realização do potencial de acumulação crescente. Viriam à tona fortes suspeitas quanto ao término e adequação do processo de industrialização no Brasil e, principalmente, quanto à ideia de que a autodeterminação do capital seria capaz de proporcionar, de fato, tanto a reprodução ampliada do sistema como a superação da dependência e do subdesenvolvimento nacional.

A perspectiva fundamental neste momento era o descolamento entre o processo de constituição da estrutura de consumo interno que vinha sendo

gerado desde 1930 e a nova estrutura de produção que aplicava-se à estrutura já existente, instaurando-se num reduzido espaço de tempo no país.

Segundo Tavares: *“a nova descontinuidade que se coloca para a distribuição da renda pessoal surge quando, uma vez internalizado o efeito-demonstração de padrões de consumo das classes altas na própria configuração do aparato produtivo, se requer expandir o mercado interno das novas indústrias de consumo durável instaladas sob forte proteção do exterior, e cujos preços absolutos requerem consumidores com rendas muito superiores à média nacional. O problema não reside pois no efeito-demonstração, mas na necessidade de antecipar a demanda, quer dizer, distribuir a renda de modo mais concentrado, uma vez esgotada a reserva de mercado existente”* (Tavares, 1979: 54).

A redistribuição da renda pessoal em favor dos novos consumidores, e contra os assalariados e consumidores de base, estabelecia uma grande dissipação na estrutura de remunerações da economia brasileira. A desarmonia provocada por esta característica singular da dinâmica de funcionamento do modelo brasileiro se exprimia de forma mais pura junto ao segmento da população de maiores rendas, justamente aquele que se beneficiava das potencialidades do capitalismo na esfera do consumo, enquanto a maior parte da população permanecia fora do processo produtivo e do mercado consumidor em larga escala.

A heterogeneidade da estrutura produtiva da economia brasileira estavam ligadas principalmente à desigualdade existente entre o tamanho das novas plantas industriais trazidas do exterior e a importância econômica dos mercados setoriais domésticos. As plantas importadas dos países centrais se caracterizavam por técnicas avançadas de produção, geralmente preservando a mão-de-obra, que eram mais do que suficientes à cobertura dos mercados locais. Como os estímulos da época a tais instalações originaram-se basicamente do potencial de crescimento do mercado interno, e não de possíveis estratégias exportadoras, gerava-se um excesso de capacidade produtiva ociosa, adequando-se a uma estrutura industrial necessariamente oligopolizada no país. Além disso, como os preços industriais acabavam sendo mais altos que de seus semelhantes no estrangeiro, isto se convertia, juntamente com a estrutura de baixos salários dominante, em mais um elemento explicativo a impedir a formação de um amplo mercado consumidor

de massas no Brasil. Como virtude desta forma de organização da produção doméstica, impunha-se um preceito de consumo reflexo e dependente dos países centrais, descolado da estrutura de demanda da maior parte da população.

O cenário incoerente, do ponto de vista do mercado de trabalho e de consumo de massas, é que se estava constituindo uma estrutura industrial, em grande medida, não conseguindo absorver a eventual força de trabalho excedente, e ao mesmo tempo, necessitada de uma escala mínima de operação superior à dimensão do mercado consumidor interno. Isto esboçava um perfil de distribuição de renda estruturalmente concentrado, disposto sobre um mercado de trabalho heterogêneo desde a origem.

Nesse contexto, a economia passava a atuar segundo a lógica do *stop and go*, apenas remetendo uma reversão que seria praticamente inevitável do ritmo de acumulação. Mas enquanto a crise mais geral era protelada, pôde se sustentar, ao longo dos anos 70, uma conjunção de fatores positivos pelo lado do emprego e do consumo agregados.

Este comportamento ratificava, de alguma forma, a ideia de que o compressão da economia estava concentrado, basicamente, no lado das contas externas, cujo financiamento dos gastos e consumo corrente, via endividamento externo crescente, não poderia ser ilimitado no tempo.

A dívida externa e inflação crescentes no período deram sinais explícitos da crise estrutural pela qual passava a economia brasileira ao final dos anos 70. Ou seja, o 'desenvolvimentismo industrializante' perseguido pelo Brasil durante os cinquenta anos compreendidos entre 1930/80, tinha extenuado seu fôlego frente a degradação de seus mais importantes elementos de sustentação. A segunda crise do petróleo em 1979 e a subida das taxas de juros norte-americanas acabariam por acelerar o processo de desarticulação da economia nacional. No plano internacional, os acontecimentos de fins desta década representaram a interrupção do padrão de regulação que tinha conduzido o processo de internacionalização do sistema capitalista no pós guerra, dando origem a uma nova onda de liberalização dos mercados, a partir do início da década de 1980.

Falaremos agora sobre o Milagre econômico ocorrido na década de 70, e detalharemos as políticas adotadas no subitem a seguir:

2.5 – As políticas do “Milagre Econômico”:

A equipe econômica formada pelo Ministro Delfim Netto que ocupará no governo anterior a pasta da Fazenda e o Ministro João Paulo dos Reis Veloso que ocupara a pasta do Planejamento. Apresentaram seus objetivos em dois planos. No “Metas e Bases” para a participação do Governo, em setembro de 1970, foram definidos os objetivos nacionais e metas e estratégias setoriais. O principal impasse do governo e superar o subdesenvolvimento de forma a restringir a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos.

Para que ocorra essa redução é preciso que o país cresça pelo menos 7% ao ano, absorver as tecnologias mais modernas aos segmentos mais dinâmicos da sociedade e agregar segmentos e regiões atrasados ao núcleo mais moderno da economia. O governo deixa nítida sua preocupação em corresponder as demandas por crescimento que tanto faltaram no governo anterior.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), foi lançado em dezembro de 1971 e tem como meta transformar o Brasil em uma “nação desenvolvida”. Os objetivos eram aumentar a taxa de investimento bruto para 19% ao ano, dando preferência a grandes programas de investimento como nos setores: siderúrgicos, petroquímicos, corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (incluindo a nuclear), comunicação e mineração. Para realizar esses programas eram fundamentais tanto as grandes empresas estatais quanto os créditos dos bancos oficiais e as vantagens criadas pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (incluindo instrumentos como isenção de impostos, crédito-prêmio, depreciação acelerada, etc.).

A principal peculiaridade do Milagre, ocorreu de forma inesperada devido as altas taxas de crescimento. No entanto, os setores da intelectualidade e da opinião pública receberam com receio as informações sobre o crescimento aclamado pelas autoridades do regime militar e simultaneamente o movimento

estudantil ganhava as ruas e a classe operária ameaçava dar início a sua reorganização.

Porém, depois de apresentar um crescimento desprezível desde 1962, o PIB brasileiro na faixa de dois dígitos no período de 1968 a 1973. Ao mesmo tempo em que a taxa de inflação entre 16 e 27%, os menores índices obtidos no período entre 1959 e 1994. E para finalizar o cenário milagroso, o comércio exterior mais que triplicou. Essas elucidações foram atribuídas pelo Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que surgiu como maior responsável pelo maior ajuste entre a política econômica e o vasto crescimento da economia mundial.

Ano	Crescimento do PIB (%)	INFLAÇÃO (Deflator Implícito do PIB - %)	Formação Bruta de Capital Fixo (% - PIB)	Exportações US\$ Bilhões	Importações US\$ Bilhões	Dívida Externa US\$ Bilhões
1961	9	35	13	1,4	1,3	3,8
1962	7	50	16	1,2	1,3	4,0
1963	1	78	17	1,4	1,3	4,0
1964	3	90	15	1,4	1,1	3,9
1965	2	58	15	1,6	0,9	4,8
1966	7	38	16	1,7	1,3	5,2
1967	4	27	16	1,7	1,4	3,3
1968	10	27	19	1,9	1,9	3,8
1969	10	27	19	2,3	2,0	4,4
1970	10	16	19	2,7	2,5	5,3
1971	11	20	20	2,9	3,2	6,6
1972	12	20	20	4,0	4,2	9,5
1973	14	23	21	6,2	6,2	12,6
1974	8	35	23	8,0	12,6	17,2
1975	5	34	24	8,7	12,2	21,2
1976	10	48	23	10,1	12,4	26,0
1977	5	46	21	12,1	12,0	32,0
1978	5	39	22	12,7	13,7	43,5

fonte: Formação Bruta de Capital Fixo: Baer (1996). Demais dados IBGE (1987)

De acordo com a tabela acima, notamos que a taxa de inflação sofreu uma queda de 90% em 1964 para 38% em 1966 e, apesar de ainda alta, continuou caindo o que apontou a existência de alguma margem para a retomada do crescimento econômico.

No entanto, para o crescimento era preciso a adoção de determinadas linhas de ação. No curto prazo, era necessário expandir a demanda agregada: no longo, elevar os investimentos públicos e privados de forma que a formação bruta de capital fixo ultrapassasse a faixa dos 15 a 16% do PIB para a faixa dos 19 a 21%. Para obter esses resultados, foi necessário aproveitar o momento favorável da conjuntura internacional no qual foi totalmente utilizado o arsenal de política econômica acessível.

A nova equipe econômica considerou que a inflação já caído até onde poderia com um política de compressão de demanda. No entanto, os elementos que levaram a alta dos preços estavam ao lado dos custos, acima de tudo decorrentes da ação dos preços administrados pelo governo, das elevações excessivas dos oligopólios e das taxas de juros. Isto significava uma redução salarial, tão importante no governo anterior, que agora poderia ser amenizada. Apesar de que o salário mínimo real se mante-se constante (ou declinado em algumas regiões do país) o crescimento da demanda por trabalho acabou por elevar o salário médio e reduzir o número dos que ganhavam salário mínimo.

O governo identificava a existência de uma pressão inflacionária decorrente do aumento do déficit público, entretanto, acreditava que ainda era uma herança das dificuldades enfrentadas pelo governo anterior. O receio do governo era de que o financiamento do déficit mediante a elevação da dívida pública pudesse acabar em um redução da liquidez do setor privado. Porém, a expansão do crédito a este setor, seria uma resposta natural à intenção de elevar o papel das empresas privadas em um novo ciclo de crescimento da economia.

2.6 - Anos 80: A década perdida

Os anos 80 no Brasil foram então marcados por uma inquietante trajetória política, na esfera das relações de poder, e pela inércia do produto e altas taxas de inflação, no campo das decisões econômicas. O ponto de vista a respeito dos desencontros da economia brasileira neste período procura destacar a ideia de que muito contribuiu para o agravamento da crise, o padrão de ajustamento macroeconômico efetuado no período entre 1979/83.

Após o período relativo ao ajustamento externo, no início da década, a economia apresentaria grandes e seguidos superávits em suas contas externas, associados a queda no nível de absorção interna e às recorrentes desvalorizações cambiais. Porém, os superávits gerados tinham como principal objetivo a transferência de recursos reais ao exterior, devidos em sua maior parte ao pagamento de juros sobre a dívida externa adquiridas em períodos anteriores. Devido ao fato de que a dívida externa brasileira deparar-se, desde os primeiros anos da década de 80, praticamente toda em mãos do Estado, e considerando ainda que os setores privados eram em grande parte os detentores dos mega superávits comerciais conquistados nestes anos, o setor público precisava obter as divisas do setor privado para enviá-las ao exterior, valendo-se, para tanto, de emissão de dívida pública interna, principal responsável pelo endividamento crescente do setor público ao longo da década.

A condição do déficit público fez com que taxas de juros crescentes e prazos cada vez mais curtos se tornassem a regra, pactuando seriamente com a capacidade de financiamento do Estado brasileiro diante da crise. É na proeminência deste quadro de desajustamento patrimonial do setor público que a inflação viria a se constituir no principal problema macroeconômico da década de 80, possibilitando o deslocamento do eixo das discussões, que antes girava em torno da problemática do desenvolvimento econômico do país com endividamento externo crescente, para centrar-se em torno das causas e consequências da inflação em países de industrialização atrasada ou em contextos de subdesenvolvimento crônico. Na prática, o 'ajuste externo-desajuste interno' determinou as condições para o prosseguimento da crise e da inflação, e materializou, em grandes proporções, um tipo de *apartheid* social e econômico único em economias com dimensões de urbanização e industrialização semelhantes a do Brasil.

A economia brasileira nos anos 80 foi marcada com a crise da dívida externa, que foi provocada pelo encerramento do crédito internacional, o que veio colaborar para o baixo crescimento econômico na ordem de 2,2% a.a., redução do consumo per capita e queda dos investimentos registrados, em torno de 14% (CANO,2000, p.220). Os indicadores econômicos de rendimentos

demonstraram por pesquisa feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, um declínio significativo do salário mínimo com perda no período de 1980-89 de 28% de seu valor real. Enquanto que o rendimento médio foi reduzido em 17,5% entre de 1985 e 1989, sendo de 26,1% o percentual de ocupação de assalariados (Cf.CANO,2000, p.226).

Entre 1980-88, o rendimento domiciliar per capita foi de 13,8% elevando-se a incidência da pobreza ao percentual de 19,9% em 1980 e 26,2% em 1988. Neste ano a desigualdade agravou-se, tendo em vista que 5% da população mais rica elevou sua participação de 36,3% para 36,6% da renda, enquanto que os mais pobres têm sua participação declinada da ordem de 7,5% para 7,2% (Cf. ALBUQUERQUE & VILLELA,1991, p.48-49).

O quadro demonstrado da década de 1980, revela as reais condições do desenvolvimento capitalista nacional determinado pelas condições externas.

Nessa década já se observava o crescimento produtivo em nível mundial dos países desenvolvidos o que impunha um limite de continuidade do modelo de desenvolvimento brasileiro.

Com a verificação da elevação das taxas de juros internacionais agravou-se ainda mais a dívida externa brasileira e na concepção de Lacerda (2002, p.88), este contexto “[...] colocou a questão externa como determinante do ajuste interno implicando restrições fiscais e monetárias além de arrocho dos salários determinando uma forte diminuição da atividade interna”.

Como podemos verificar a década de 80 foi marcada pela estagnação e forte crise da dívida externa, o que veio debilitar o capitalismo industrial no Brasil criando um ambiente propício ao ataque generalizado ao Governo, empresas a ele relacionados, funcionalismo público e até conquistas sociais como direitos trabalhistas e etc.

A estratégia adotada para a reestruturação da economia foi à busca pelo crescimento do produto nacional o que contribuiria para a elevação das exportações sem prejudicar o aumento das vendas no mercado interno, de

forma a alcançar um superávit do comércio exterior capaz de equacionar a dívida externa brasileira, mantendo um volume necessário das importações, capaz de manter o equilíbrio da balança comercial.

No entanto, não foi o que ocorreu, “a taxa de investimento que tinha ficado muito alta, na década anterior, diminuiu fortemente. Além disso, o poder de inflação, e o superávit de comércio exterior alcançado permitiu pagar uma parte dos juros da dívida externa, mas foi acompanhado de um aumento muito pouco expressivo do produto nacional” (Belluzzo & Almeida, 2002; Carneiro, 2002). O crescimento pouco expressivo do produto nacional trouxe um grande prejuízo a nossa capacidade exportadora causando um desequilíbrio da balança comercial com elevação da dívida externa, e, por conseguinte a saída de capital para o pagamento de juros da dívida externa. A abertura de mercado ao invés de contribuir com o desenvolvimento da capacidade exportadora provocou a concentração de investimento em políticas voltadas exclusivamente ao mercado interno, valorizando a moeda nacional.

Além disso, com as importações liberadas e com a moeda nacional em alta, houve uma tendência a desintegração das cadeias produtivas e passou a salientar a racionalização das empresas de forma negativa sobre a geração de emprego e renda. Pois, a acentuada desintegração e racionalização, provocadas nas empresas com baixa taxa de investimento e um moroso crescimento no produto, causou um efeito arrasador no mercado de trabalho assalariado, provocando forte queda nos níveis de empregos preexistentes, e não havendo reposição de novos postos de emprego.

2.7– Anos 90: A tentativa de estabilidade econômica

O Brasil em um período de dez anos apontou um ritmo de crescimento médio anual de atividade econômica de somente 1,8%, no entanto a população do país, no mesmo período elevou-se num ritmo um pouco menor, de 1,5% ao ano. Com uma diferença mínima entre as taxas de crescimento do PIB e da população residente no país, o PIB per capita elevou-se somente 5% em toda a década de 90, apesar do país ter voltado a ficar credenciado ao crédito internacional.

Porém, ao longo da década de 90, a atividade econômica brasileira apresentou um crescimento lento, o que ocasionou em um declínio do PIB (4,4%) em 1990, mantendo a atividade econômica em um nível baixo em pelo menos dois anos, apresentando em 1993, o patamar preexistente à recessão. No entanto, de 1994 até 1997, ocorreu toda a elevação do PIB verificado nesta década, com a economia praticamente não sofrendo alteração, pois só veio a se verificar uma pequena flutuação em 1997. Dessa maneira, com a volta do crédito internacional, tornou possível ao Brasil cinco anos de melhoria em sua economia, porém não o suficiente para equilibrar o crescimento do produto e elevar a renda per capita, que atingiu neste ano o máximo de 18,1% e perdeu força nos dois anos seguintes, chegando aos 16,2%.

Porcentagens estas muito a quem dos 25% verificados na segunda metade da década de 70, no qual o momento era favorável ao acesso ao crédito internacional, com elevada procura pelas empresas estatais por financiamentos externos, propiciando o fortalecimento do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, o que levou o Brasil a alcançar a maior taxa de investimento da história econômica no país.

Com a abertura econômica o setor de transformação foi o mais afetado, pois o pior desempenho ocorreu no setor de produção de bens de capital no qual já estava muito baixo no final da década de 1980, e veio a cair ainda mais entre 1989 e 1992 chegando a 22,4%, retornando ao patamar preliminar à recessão em 1994, e reduziu ainda mais em 1996 e 1997, no auge da atividade econômica nos anos 90, finalizando essa década num nível 20% abaixo do último ano da década de 1980. Por outro lado, o melhor desempenho que ocorreu dentro da indústria de transformação, foi no setor de produção final de bens de consumo duráveis, que depois de sofrer uma queda acentuada de 14,2% ocorrido na recessão no início da década, elevou-se ainda mais de 1993 a 1997, quando ultrapassou em 68% o nível apontando em 1989, reduzindo de 19,6% em 1998 para 9,4% em 1999, porém cravando em 22,4% o maior nível de 1989.

No entanto, a produção final de bens de consumo duráveis e não duráveis, sofreram reduções, tanto de consumo quanto de capital. Esse

comportamento na produção de bens de consumo duráveis e não duráveis tem menos relação com o crédito ao consumidor mais sim com a redução do nível emprego e de salários, sendo mais afetado pela importação de bens de uso final.

Com o maior número de importações de componentes sofisticados usados em montagem de bens de consumo duráveis, verificou-se intenso crescimento das vendas desses bens de uso final no mercado interno, gerando aumento no valor agregado da produção local.

No entanto, o produto total da indústria de transformação em 1999 sofreu a mesma magnitude que no ano de 1989 tendo reduzido em 15% na recessão e atingido, em 1997, um nível de 5% a mais do que do final da década de 1980.

Havendo assim, ao longo década de 1990, uma variação do total do produto industrial, mas ocorrendo uma expressiva mudança na composição do produto, com a queda do peso dos bens de capital e o aumento da participação dos bens de consumo duráveis.

Devido ao colapso do crédito internacional para os países endividados, ocorreu uma restrição ao avanço dessa modernização reduzindo às possibilidades de desenvolvimento dentro do país, em um momento em que a estratégia política era de enfrentamento da crise da dívida externa e viu-se limitado a atuação do poder público na articulação e no apoio do desenvolvimento local. Com isso, a maior parte do aumento do produto por empregado observado nas grandes capitais e nas grandes empresas no início da década de 1990, explica uma estratégia de adaptação dessas empresas, promovendo muitas terceirizações em suas atividades, ante a baixa produção e o aumento da incerteza provocado pela liberalização das importações, e não por um elevado grau de produtividade industrial, de modo a ser pouco provável de que tenha ocorrido devido à queda no nível de investimento no início da década de 1990.

Em resumo, com a baixa da atividade econômica, no início da década de 1990, foi reduzido cerca de 15,8% dos empregos em estabelecimentos

industriais de transformação, além de provocar um realocação de empregos das grandes empresas industriais para estabelecimentos menores, devido as subcontratações.

A diminuição do nível de emprego e a recuperação da atividade econômica, após 1992, não se limitou apenas a indústria de transformação. No período de 1992 a 1999, o emprego em instituições em extração mineral (23,5% a.a.), serviços de utilidade pública (7,7% a.a.) e atividade financeira (17%a.a), também foram afetados, entretanto essas quedas de empregos foram compensadas pela elevação no comércio (3,1%a.a.), comunicação (4,8%a.a.), alojamento e alimentação (2,7% a.a.), serviços pessoais (5,9% a.a.), serviços domiciliares (4% a. a), serviços de diversão (4,3% a. a), saúde (3,7% a. a), serviços auxiliares da atividade econômica (4,3% a. a) e educação (3% a. a.).

O emprego assalariado em estabelecimentos de atividades não agrícolas cresceu menos, a parcela de ocupação não agrícola total diminuiu de 66,8% para 60,1%. Essa expressiva baixa da participação do emprego mostra fielmente a magnitude do estreitamento do mercado de trabalho urbano na década de 1990, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1 – Ocupação não agrícola segundo posição na ocupação – Brasil: 1989 e 1999

Posição na Ocupação	1989	1999	Variação
Empregado	300.818.883	32.387.786	1.598.903
conta-própria	8.489.033	12.104.061	3.615.028
Empregador	1.983.850	2.453.606	469.756
Não Remunerado	968.857	1.598.413	629.556
Serv. Doméstico	3.875.428	5.334.533	1.459.105
Total	46.136.051	53.878.399	7.742.348

fonte: IBGE-PNAD, 1989 e 1999. Apud Baltar, 2003, p122

Com o mau desempenho do emprego assalariado agrícola e não agrícola, o número total de pessoas empregadas aumentou apenas 11,5% na década, elevando de 60,6 milhões para 67,6 milhões, num ordenamento médio

anual de 1,1%, absorvendo, em média cerca de setecentos mil novos trabalhadores, praticamente metade do aumento anual da população ativa (em média 1,3 milhão por ano). Por essa razão, na década de 1990, ocorreu uma verdadeira elevação do nível de desemprego aberto que passou de menos de 5% da PEA, em 1989, para 10,4% em 1999.

Para que houvesse absolvição desses novos contingentes de população que procuravam trabalho remunerado, exigia uma remuneração mais intensa da economia brasileira, o que não veio a acontecer na década de 1990, apesar da volta do crédito internacional.

Devido a isso, o número de trabalhadores que começaram uma atividade por conta própria não agrícola, na década de 1990, elevou-se 42,6% ou 3,6% a. a passando de 8,5 milhões para 12,1 milhões. Dessa elevação de 3,6 milhões de trabalhadores por conta própria, 30,5% ocorreram em plena diminuição da economia brasileira no início da década, entre 1990 e 1992.

Com esse ritmo acelerado do aumento do trabalho por conta própria em comércio e construção durante o período de recessão, principalmente na atividade desses dois setores, serviu de alternativa de ocupação para uma parte

da PEA que estava ameaçada de desemprego, devido à queda da atividade econômica, no início da década de 1990. Veremos isso na tabela 1.2 a seguir:

Tabela 1.2 – Trabalho por conta própria segundo o setor de atividade não agrícola – Brasil: 1989, 1992 e 1999

Setor de atividade	Distribuição			Taxa de Crescimento		
	1989	1992	1998	1989-1992	1992-1999	1989-1999
Prestação de Serviços	36,0	33,6	30,2	2,0	1,7	1,8
Comércio	25,7	27,4	25,8	6,6	2,4	3,7
Construção	12,5	15,0	16,1	10,7	4,3	6,2
Indústria de Transformação	7,5	6,8	7,0	1,3	3,7	3,0
Transporte e Comunicação	6,0	5,8	7,3	1,7	6,8	5,6
Serviços Auxiliares	6,0	5,3	7,3	1,3	8,0	6,0
Atividades Sociais	3,1	2,9	3,2	1,7	4,9	3,9
Outros Setores	3,4	3,2	3,1	2,1	3,2	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	4,6	3,3	3,6

fonte: IBGE-PNAD, 1989, 1992 e 1999

Na década de 90, com a mudança na distribuição setorial devido ao trabalho por conta própria, verificou-se uma elevação proporcional do trabalho na prestação de serviços pessoais, pelo qual o trabalho por conta própria significou mais de $\frac{3}{4}$ das oportunidades de ocupação no setor, e por outro lado, intensificou o aumento do trabalho por conta própria em construção, transporte e serviços auxiliares da atividade econômica.

A tabela 1.3 vai nos relatar a evolução setorial dos empregos celetistas e estatutário, ao longo da década 1990. A redução nesse nível de emprego durante a recessão foi marcante com diferentes intensidades, segundo o setor de atividade. Poucas foram às exceções (alojamento e alimentação, serviços domiciliares em que se destacam limpeza e segurança, saúde, educação e administração pública), essas atividades se mostraram altamente sensíveis em relação ao emprego formalizado, em estabelecimentos não agrícolas, sofrendo muitas variações e se mostrando mais influenciado sobre esse tipo de emprego devido às transformações ocorridas nessa década.

E assim, os empregos celetistas e estatutários continuaram reduzindo, depois de 1992, em indústria de transformação, construção civil, outras indústrias (extração mineral e serviços industriais de utilidade pública), transporte e outras atividades fizeram com que elevasse lentamente o ritmo de todos os setores.

No geral, houve uma diminuição de 3,7% no total dos empregos celetistas estatutário, mas ocorreram elevações expressivas em dois desses

tipos de empregos em alojamento e alimentação (1,9% a. a), serviços domiciliares (6,7% a. a), serviços de diversão (2,1% a. a), saúde (3,2% a. a) e educação (2,0% a. a). No entanto, a maioria desses setores tem peso relativamente pequeno para criação de novos postos de empregos celetistas e estatutário em instituições não agrícolas, e dessa maneira não chegaram a compensar a redução desses dois tipos de emprego em indústria de transformação (24,8% a. a), outras indústrias (15,5% a. a), transporte (12% a. a) e outras atividades (44,8% a. a)

O primeiro setor é composto por indústrias de transformação, que vem a ser de longe o setor que mais empregam celetistas e estatutários, embora tenha ocorrido absorção em ambos os tipos de emprego e tenha se retraído em 28,8% para 22,6%. O segundo tipo é formado pelo comércio, educação e administração pública que elevou sua participação absorvendo celetistas e estatutários, em instituições não agrícolas, de 32,7% para 38%.

Ao somarmos esses dois grupos, verificamos respectivamente 61,5% e 60,6% dos empregos celetistas e estatutários, em instituições não agrícolas em 1989 e 1999.

Os demais setores (reparação e manutenção, serviços pessoais, serviços de diversão e comunicação), têm pesos irrelevantes na absorção do emprego celetista e estatutário em instituições não agrícolas, conforme mostra a tabela 1.3 a seguir.

Tabela 1.3 – Empregos celetistas e estatutários em estabelecimentos não agrícolas segundo setor de atividade – Brasil: 1989, 1992 e 1999

Setor de Atividade	Distribuição			Taxa de Crescimento		
	1989	1992	1999	1989	1992	1999
Industria de transformação	28,8	25,7	22,6	-18,3	-8,0	-24,8
Comercio de Mercadorias	12,5	12,2	13,9	-9,9	2,5	0,7
Administração Pública	10,5	11,8	11,8	1,0	0,6	0,8
Educação	9,7	11,1	12,3	1,7	2,1	2,0
Outras atividades	5,8	4,5	3,3	-27,8	-23,5	-44,8
Construção Civil	5,7	5,5	4,2	-11,9	-20,3	-29,8
Transporte	5,0	5,1	4,6	-7,2	-5,2	-12,0
Saúde	4,3	5,1	6,0	3,4	3,0	3,2
Serviços Auxiliares	4,1	4,1	4,7	-7,6	2,6	1,0
Outras Industriais	2,9	3,0	2,5	-2,7	-13,2	-15,5
alojamento e alimentação	2,4	2,7	3,0	0,5	2,6	1,9
Outras atividades sociais	2,4	2,5	2,7	-3,4	1,9	1,0
Serviços Domiciliares	2,1	3,3	4,1	14	3,7	6,7
Reparação e Manutenção	1,6	1,4	1,7	-17,7	2,9	0,0
Comunicação	1,1	1,1	1,3	-14,4	4,1	1,3
serviços Pessoais	0,6	0,4	0,7	-37,5	8,8	1,2
Serviços diversos	0,5	0,5	0,6	11,8	4,9	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	8,0	0,7	-3,7

Fonte: IBGE-PNAD, 1989, 1992 e 1999.

Podemos perceber que a eliminação de três milhões de empregos celetistas e estatutários na indústria, na construção, extração mineral, serviços de utilidade pública, transporte e finanças não foi equilibrada com o acréscimo de 2,1 milhões de empregos formalizados nos demais setores de atividade não agrícola, e 95,6% desse acréscimo de emprego ocorreu devido ao comércio, alojamento, alimentação, limpeza, segurança, serviços auxiliares da atividade econômica, saúde, educação, previdência, assistência social, serviços comunitários e administração pública.

Porém, o progressivo crescimento do emprego sem carteira de trabalho em estabelecimento não agrícola, vem contrapor aos empregos celetista e estatutário, por não ter conseguido reduzir na recessão e ter apresentado um verdadeiro crescimento com a retomada da atividade econômica brasileira.

Veremos na tabela 1.4 que a retomada das atividades econômicas nas quais as condições foram marcadas pela abertura das importações, e em virtude da moeda local se manter valorizada devido a altas taxas de juros, levando também ao governo vir a conter suas despesas públicas e promovendo privatizações de empresas estatais e dos serviços de utilidade pública, contribuiu para que houvesse um forte crescimento no emprego informal, ou seja, sem carteira de trabalho em todos os setores de atividade não agrícola.

Tabela 1.4 – Emprego sem carteira de trabalho em estabelecimentos não agrícolas por setor de atividade – Brasil: 1992 e 1999

Setores de Atividade	Distribuição		Taxa de Crescimento
	1992	1999	
Industria de Transformação	19,4	16,6	1,8
Comercio de Mercadorias	17,7	17,7	4,1
Construção Civil	14,4	15,7	5,4
Reparação e Manutenção	7,2	5,8	0,9
Educação	6,3	7,7	7,1
Alojamento e Alimentação	5,8	5,3	2,8
Administração Pública	5,3	6,2	6,5
Serviços auxiliares de atividade econômica	4,2	5,7	8,8
Transporte	3,9	4,3	5,4
Outras Atividades Sociais	3,8	2,9	0,4
Serviços Pessoais	2,4	2,4	4,2
Serviços Domiciliares	2,1	2,7	7,8
Serviços de diversão	1,4	1,6	6,2
Finanças e Imóveis	1,3	1,4	6,1
Outros Setores	3,4	2,6	0,2
Total	100,0	100,0	4,1

fonte: IBGE-PNAD, 1989, 1992 e 1999.

Notamos que essa elevação com maior intensidade e de forma generalizada do emprego sem carteira de trabalho, mostra em grande parte, que as empresas que contratavam apenas trabalhadores exclusivamente celetistas, contribuíram muito pouco para que ocorresse um aumento do nível de emprego.

Após a retomada da atividade econômica, depois de 1992, as empresas de pequeno porte vem gerando tanto empregos celetistas quanto empregos sem carteira de trabalho. Essa realocação na forma de distribuição do emprego segundo os estabelecimentos e a geração de trabalho “informal” por conta própria foram os responsáveis diretos pela forte queda do grau de formalização do trabalho, que foi medido pela proporção na ocupação total dos empregos celetistas e estatutário.

Com as transformações ocorridas na economia brasileira na década de 1990, provocadas pela abertura das importações e da entrada e saída de capital e pela mudança de política adotada pelo governo, provocaram uma alteração expressiva na composição dos setores da economia e também pela posição de ocupação de geração de oportunidade de trabalho nas atividades não agrícolas.

Podemos comparar as mudanças na composição setorial de ocupação não agrícola entre o Brasil e países com economia desenvolvida e de sociedade mais civilizada e mostrarmos algumas peculiaridades brasileiras que enfatiza nosso subdesenvolvimento econômico e social, como verificaremos agora na tabela 1.5.

Tabela 1.5 – Composição setorial da ocupação não agrícola-EUA: 1990 – Brasil: 1989 e 1999

Setor	EUA	BRASIL	
	1990	1989	1999
Indústria	18,5	20,7	15,3
Comércio	16,2	16,0	3,6
Saúde	8,1	6,3	7,0
Educação	7,3	4,1	5,2
Serviços Auxiliares	7,0	3,2	1,9
Finanças e Imóveis	6,7	8,1	8,6
Construção	6,5	4,3	4,7
Alojamento e Alimentação	4,9	6,2	6,2
Administração Pública	3,6	4,3	4,5
Transporte	3,3	2,0	1,9
Outras Atividades sociais	2,1	0,6	0,7
Comunicação	2,1	0,6	0,7
Reparação	1,4	4,1	3,9
Lazer	1,3	0,6	0,8
Serviços de utilidade pública	1,1	1,3	1,0
Serviço Doméstico	0,9	8,4	9,9
Serviço Pessoal	0,7	3,4	3,6
Extração Mineral	0,6	0,7	0,4
Serviço domiciliar	0,5	2,1	2,6
Outros	0,4	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0

fonte: Castells (2000) e IBGE-PNAD 1989 e 1999.

Com as alterações na composição setorial das ocupações não agrícolas, verificou-se a redução da proporção de empregos celetistas e estatutários, promovendo assim mudanças estruturais nas atividades dos setores, e aumentando, com isso, a terceirização de atividades antes realizadas dentro das empresas, por empregados celetistas e estatutários e que levou os pequenos empreendimentos ou atividades realizadas por trabalhadores por conta própria ser subcontratados por grandes empreendimentos. A grande verdade é que, na década de 1990, ocorreu uma redução da capacidade econômica de gerar empregos formalizados, mesmo em setores que costumava abrir novos postos de empregos, veremos isso melhor ao visualizarmos a tabela 1.6.

Tabela 1.6 – Grau de formalização do trabalho e composição setorial da ocupação não agrícola – Brasil: 1989 e 1999.

Setor de atividade	Distribuição		Grau de Formalização	
	1989	1999	1989	1999
Indústrias de Transformação	20,7	15,3	72,5	62,9
Comércio de Mercadorias	16,0	17,6	40,5	33,7
Serviços Domésticos	8,4	9,9	-	-
Construção Civil	8,1	8,6	36,8	20,6
Educação	6,3	7,0	79,9	82,2
Administração Pública	6,2	6,1	88,1	27,4
Alojamento e Alimentação	4,3	4,7	29,1	43,4
Transporte	4,3	4,5	60,8	38,9
Serviços Auxiliares	4,1	5,2	51,7	18,2
Reparação e Manutenção	4,0	3,9	20,2	56,2
Outras atividades	3,8	2,5	78,8	8,0
Serviços Pessoais	3,4	3,6	8,8	72,1
Saúde	3,0	3,6	73,8	67,0
Serviços domiciliares	2,1	2,6	50,9	62,1
Outras atividades sociais	2,0	1,9	62,4	74,4
Outras atividades industriais	2,0	1,5	74,8	33,3
Serviços de diversão	0,6	0,8	42,7	83,5
Comunicação	0,6	0,7	97,3	42,5
Total	100,0	100,0		

fonte: IBGE-PNAD, 1989 e 1999.

Devido à reestruturação da economia pelo pouco investimento e um lento crescimento do produto, acarretou uma eliminação de postos celetistas e estatutários e em contrapartida, foram abertos postos de emprego sem carteira de trabalho em estabelecimentos e no setor doméstico remunerado, além dos trabalhos por conta própria.

No entanto, foram verificados que na indústria de transformação, nas empresas do setor de construção civil, nas entidades financeiras, no serviço de utilidade pública e nas empresas de transporte, foram os setores que sentiram os efeitos da nova reestruturação dos sistemas de produção de bens e serviço complementares, provocando assim, um considerável aumento nas importações de produtos manufaturados.

A elevação do nível de emprego foi menor em determinados setores, tais como, ocupações manuais, administrativas, transportes e comunicação e tendo uma maior intensidade nas ocupações de nível técnico e de nível superior, de atendimento ao público, de vendas, de prestação de serviços e de portaria, vigilância, limpeza e serviços gerais. Esses últimos setores citados de ocupação representam 85% do acréscimo do emprego em estabelecimentos não agrícolas entre 1992 e 1999 como veremos abaixo na tabela 1.7.

Tabela 1.7 – Evolução do emprego em estabelecimento não-agrícola segundo tipo de ocupação – Brasil: 1992 e 1999.

	Distribuição		% CLT e Estatutário		Taxa de Crescimento		
	1992	1999	1992	1999	C/C	S/C	Total
Manual	26,6	24,7	66,8	63,1	-2,6	2,0	0,4
Portaria e vigilância	19,9	20,6	76,8	70,2	0,7	5,7	2,0
Administrativa	19,2	18,1	88,4	83,3	-1,6	6,1	0,6
Técnicas e Superior	13,4	14,7	85,3	80,6	2,0	7,0	2,8
Atender público	9,8	11,3	60,7	60,8	3,6	3,5	3,6
Serviço Pessoal	6,3	6,0	83,0	75,0	-3,1	5,9	0,8
Agrícola	0,5	0,1	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	75,8	71,2	0,7	4,1	1,5

fonte: IBGE-PNAD, 1992 e 1999.

Podemos notar analisando a (tabela 1.7), que houve uma grande elevação no emprego sem carteira de trabalho, que veio a ocorrer de maneira geral em diversos setores de atividade e tipo de ocupação, devido essencialmente a retomada da economia e isso veio ocorrer com mais intensidade do que no momento em que havia recessão, junto com o aumento do desemprego e uma forte elevação generalizada do trabalho por conta própria e de serviços doméstico remunerado e, com uma profunda modificação nas condições de compra e venda da força de trabalho.

A propagação generalizada de práticas de trabalho que vem contrariando a legislação, promovendo uma incerteza que, num cenário de mercado de trabalho é desfavorável aos trabalhadores, no qual há um aumento de manifestações e pressões dos empregadores para que haja uma mudança na legislação, para uma adaptação as práticas atuais.

Podemos concluir que na década de 1990, ocorreram mudanças estruturais importantes na economia brasileira, devido ao pouco investimento e uma morosa elevação da produção, pelo qual se propagou negativamente no mercado de trabalho assalariado, levando a exclusão de vários postos de trabalho em números consideráveis aos da criação de novos postos de trabalho, sem conseguir ampliar o nível global de emprego, em um país no qual a população economicamente ativa vem apresentando um forte nível de crescimento, ou seja, mais da metade dessa população em crescimento que está ativa não foi absorvida pelo número de ocupação total em postos de atividade econômica, tendo elevado, o número ao mesmo patamar de pessoas desempregadas e dos que permanecem na inatividade.

Por conta desse cenário, uma parcela considerável da população masculina de quinze a vinte anos deixou de procurar trabalho remunerado, o que teve um impacto significativo social de grande alcance, pois coincidiu com a massificação do crime organizado no país, principalmente no tráfico de drogas, roubo de cargas, sequestro de pessoas e contrabando de armas.

Porém, o emprego assalariado em estabelecimentos ainda vem a ser responsável por 60% do armazenamento total de ocupações não agrícolas do país, o acréscimo desse tipo de emprego representou somente 20% do total das ocupações ocorridos na década de 1990, em contrapartida houve um aumento no número de trabalhadores por conta própria e do serviço doméstico remunerado que corresponde a 66% desse total de ocupações em atividades não agrícolas.

2.8 – Anos: 2000 a 2014 A evolução do emprego formal no Brasil

Nos anos 90 o cenário era de pessimismo, no entanto, nos anos 2000 a economia brasileira começou a dar sinais de recuperação, apesar das taxas de crescimento não sofrerem alterações, a balança comercial passou a marcar saldo positivo em 2002, o que mostrou uma reversão ao cenário que existia na década de 90. Devido a esse fato, o início da década ainda era marcada com incertezas. De alguma maneira, a economia brasileira sofreu uma desaceleração por conta da crise da energia elétrica que provocou o

racionamento no país, as crises na Argentina e os atentados nos EUA, esses fatos geraram muitas instabilidades.

No cenário interno, com a vitória do candidato da oposição nas eleições presidenciais, a incerteza aumentou por conta do caminho que seria adotado na política econômica. A moeda nacional atingiu a marca de R\$3,63 em relação ao dólar, essa variação no câmbio, aumentou consideravelmente a dívida pública atrelada à moeda americana, como mencionado anteriormente no saldo comercial ocorrido em (2002), o que acarretou em um aumento significativo em relação ao período anterior, pois as importações caíram (15%) e enquanto que as exportações (3,7%). Ainda falando sobre o cenário interno, o uso de políticas fiscais e monetárias contracionista utilizado pelo novo governo, que foi adotado em janeiro de 2003, trouxe uma tranquilidade ao ambiente macroeconômico. Foram também mantidas as metas de inflação estabelecidas no governo anterior, o câmbio flexível e o superávit primário.

Uma novidade consistiu no fato de que é dado um novo impulso ao papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o processo de privatizações é desacelerado. No âmbito externo, com as condições propícias da economia mundial, e com a expansão da China, e as possibilidades geradas internamente, o Brasil além de exportador de commodities, também se fixou como exportador de produtos manufaturados. Essa interação entre a economia brasileira e a melhora do mercado externo, permitiu um aumento significativo de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004.

Com o aumento do PIB, os resultados se mostraram positivos no mercado de trabalho, aumentando o número de empregos. No entanto, tal conduta não se repetiu da mesma forma em 2005, quando o PIB alcançou uma elevação real menor de 2,9% ao ano. Segundo o IBGE, essa retração do crescimento mencionado, ocorreu por causa de doses gradativas de elevação da taxa básica de juros (SELIC), aplicada para conter as pressões inflacionárias iniciada em 2004.

Em primeiro lugar vale ressaltar a melhoria generalizada em relação ao aumento de emprego formal, gerado em função da permanência das condições

internas e externas favoráveis, mais era preciso ficar atento a outros aspectos importantes:

- a) A necessidade de melhorar a máquina de arrecadação do Estado para fazer frente ao recente endividamento público (gerado para produzir superávit fiscal como forma de garantir condições de honrar o pagamento da dívida);
- b) O papel das instituições públicas, especialmente as incumbidas de fiscalizar e garantir cumprimento da legislação social e trabalhista;
- c) A formalização de micro e pequenas empresas (onde se concentra grande parte do trabalho sem proteção) para acesso ao crédito e aos programas de incentivos fiscais;
- d) A atuação sindical, canalizando uma aspiração social para acesso à seguridade social (BALTAR et al, 2010:22).

Um importante aspecto a ser visto, é a evolução do mercado de trabalho entre 2000-2008, para compararmos tanto os ocupados em geral quanto os postos formais. Se considerarmos os dados da PNAD, tal política aponta para uma maior geração de empregos formais em relação aos empregos informais no período, exceto no ano de 2002. Se notarmos na tabela 2, em 2003 a população ocupada representava um crescimento de 1,53%, enquanto que os ocupados formais elevaram em 3,79%. E essa conduta permanece ao longo do período, até chegarmos em 2007, quando a categoria de ocupados elevou-se em 2,32% e os postos de trabalho formais em 7,31%.

Tabela 2 – Evolução dos ocupados formais e não formais
Brasil: 2000 – 2008.

Ano	Ocupados	Variação%	Formais (2)	Variação %	Outros (1-2)	Variação %
2001	76.098.533		27.287.772		48.810.761	
2002	78.958.866	3,76	28.215.605	3,40	50.743.261	3,6
2003	80.163.481	1,53	29.284.492	3,79	50.878.989	0,27
2004	84.596.294	5,53	31.263.668	6,76	53.332.626	4,82
2005	87.089.976	2,95	32.537.088	4,07	54.552.888	2,29
2006	88.725.147	1,88	33.908.720	4,22	54.816.427	0,48
2007	90.786.019	2,32	36.386.753	7,31	54.399.266	-0,76
2008	92.394.585	1,77	38.302.592	5,27	54.091.993	-0,56

fonte: PNAD - elaboração própria

Apesar do significativo aumento nos postos de trabalho formais é necessário analisar o comportamento do saldo entre admissões e demissões, para tal vamos utilizar o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no período entre 2000-2008.

De acordo com as informações do CAGED entre 2000 e 2008, o Brasil obteve um saldo positivo de 9.732.062 de novos postos de trabalho com carteira assinada, com média anual de 1.801.340 novas vagas. E no período de 2003 a 2008, o estoque de empregos líquidos gerados foi de 7.720.972, com uma média de 1.286.829.

Ao fazermos uma análise entre as regiões, os resultados do CAGED mostram que ao longo do período 2000-2008, o aumento no número de postos de trabalhos formais foi positivo para todas as regiões brasileiras.

Notamos também que há uma desigualdade, pois a concentração de mais da metade (56,88%) do total de vagas líquidas de emprego se encontra na região sudeste (5.535.514), vindo em seguida há região sul com (1.842.162) cerca de (18,93%) de novos empregos formais no país. O nordeste vem figurando em terceiro com (1.336.958) com cerca de (13,74%) do total de empregos gerados com carteira assinada no período.

Na região centro-oeste foram criados (634.023) dando em porcentagem (6,51%) novos postos de trabalho, o Norte aparece em último lugar com (383.405) o que representa (3,94%) do total de vagas com empregos formais gerados no período de 2000-2008. Esses dados mostram a dinâmica da economia brasileira, no qual ainda concentra maior parte da riqueza e dos investimentos no sul e no sudeste.

Quando fazemos uma análise dos setores de atividade econômica, verificamos que o setor que teve uma expansão significativa em quantidade líquida de postos de trabalho foi o setor de serviços, seguido logo pelo comércio com (2.812.304) vagas de trabalho. Esses dois setores em conjunto formam quase 70% das vagas líquidas encontradas no período de 2000-2008.

Outro fator a se destacar é o desempenho da indústria de transformação que foi responsável na geração de 2.000.000 de empregos ou (21,5%) do total líquido em 2000-2008.

No entanto, o comportamento do setor industrial em comparação ao mercado de trabalho tem sido muito instável, embora tenha apresentado salto positivo na geração de novos postos de trabalho.

Em contrapartida, o setor da construção civil veio demitindo bem mais do que o número de contratações e este cenário vai se afirmando até 2003 quando foram fechados cerca de 48.000 postos de trabalho, neste período foi o único que apresentou um saldo líquido negativo de (-7,46%), pois os demais setores de certo modo criaram postos de trabalho.

O setor por sua vez sofreu uma alteração significativa a partir de 2004, quando gerou cerca de 50.000 postos de trabalho, essa elevação continua em 2005 e 2006, mantendo o saldo positivo de 85.000 postos de trabalho, atingindo assim o patamar dos demais setores da economia, chegando em 2008 ao saldo de 197.000 vagas de emprego (alcançando 13,63% do total dos setores da atividade econômica).

A agropecuária por sua vez, tem uma pequena parcela na criação de postos de trabalho no país, ficando apenas no quinto lugar em número de criação de vagas para a sociedade brasileira ao desenvolver apenas 1,49% das vagas no ano de 2000 (9.795) e 1,26% em 2008 (18.232), duplicando o número de postos de trabalho absoluto ao longo do período.

No período entre 2000-2008, foi criada pelo setor de administração pública uma média de 10.000 postos de trabalho, com destaque para o ano de 2005 quando foram criados em torno de (21.000), enquanto que 2004 foi o ano que ocorreu maior número de dispensas (380) do que admissões. Sendo que 7.734 foram ignorados não constando da estatística do setor.

Segundo o DIEESE, a movimentação do emprego de 2000-2009 mostra um número menor de desligamentos nesse período, como podemos notar na tabela 2.1.

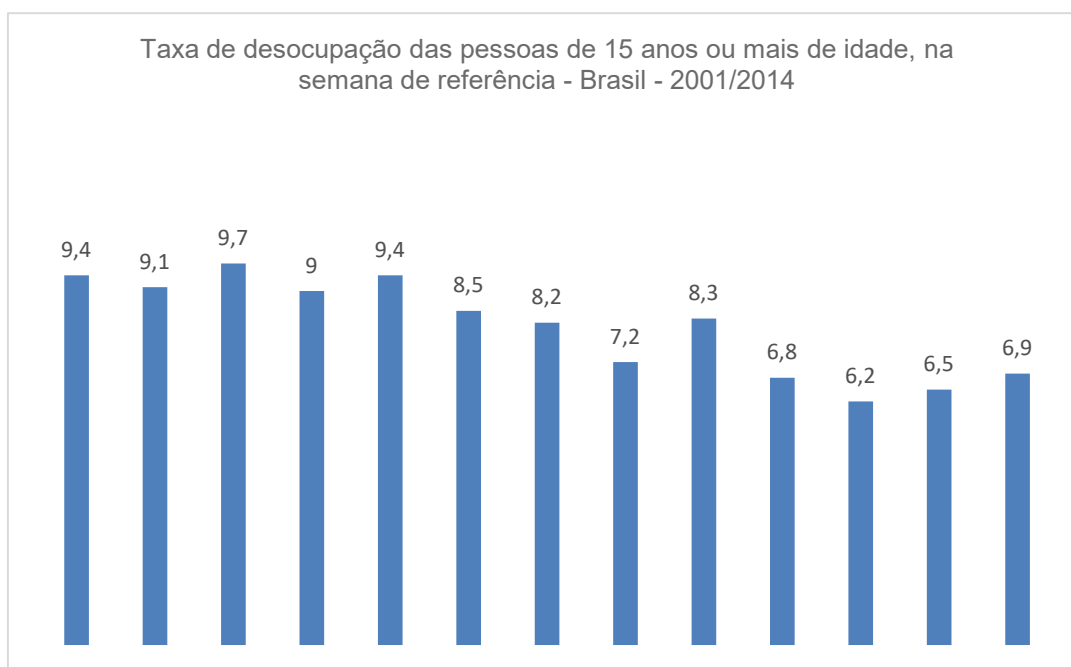
Tabela 2.1 – Movimentação do Emprego Brasil: 2000 a 2009

Ano	Admissões	Desligamentos	Saldo
2000	9.668.132	9.010.536	657.596
2001	10.351.643	9.760.564	591.079
2002	9.812.379	9.049.965	762.414
2003	9.809.343	9.163.910	645.433
2004	11.296.496	9.773.220	1.523.276
2005	12.179.001	10.925.020	1.253.981
2006	12.831.149	11.602.463	1.228.686
2007	14.341.289	12.723.987	1.617.392
2008	16.659.331	15.207.127	1.452.204
2009	16.187.640	15.192.530	995.110

fonte: CAGED, DIEESE e M.T.E

Com isso, percebemos que os setores veem contratando mais, reduzindo assim o número de desligamentos, como percebemos em 2009, quando o saldo marca (995.110), enquanto que em 2007 o saldo chegou a (1.617.392).

No entanto, de 2001 a 2014 a taxa de desocupação apresentou uma tendência de baixa, com pequenos picos de alta como nos anos de 2003, 2005, 2009, 2013 e 2014. Esse indicador atingiu o menor nível em 2012 (6,2%), com elevação de 0,7 até 2014, entretanto, em nível abaixo dos anos de 2001 a 2009. A taxa mais alta da série histórica foi observada em 2003 (9,7%). Como veremos nos gráfico a seguir:



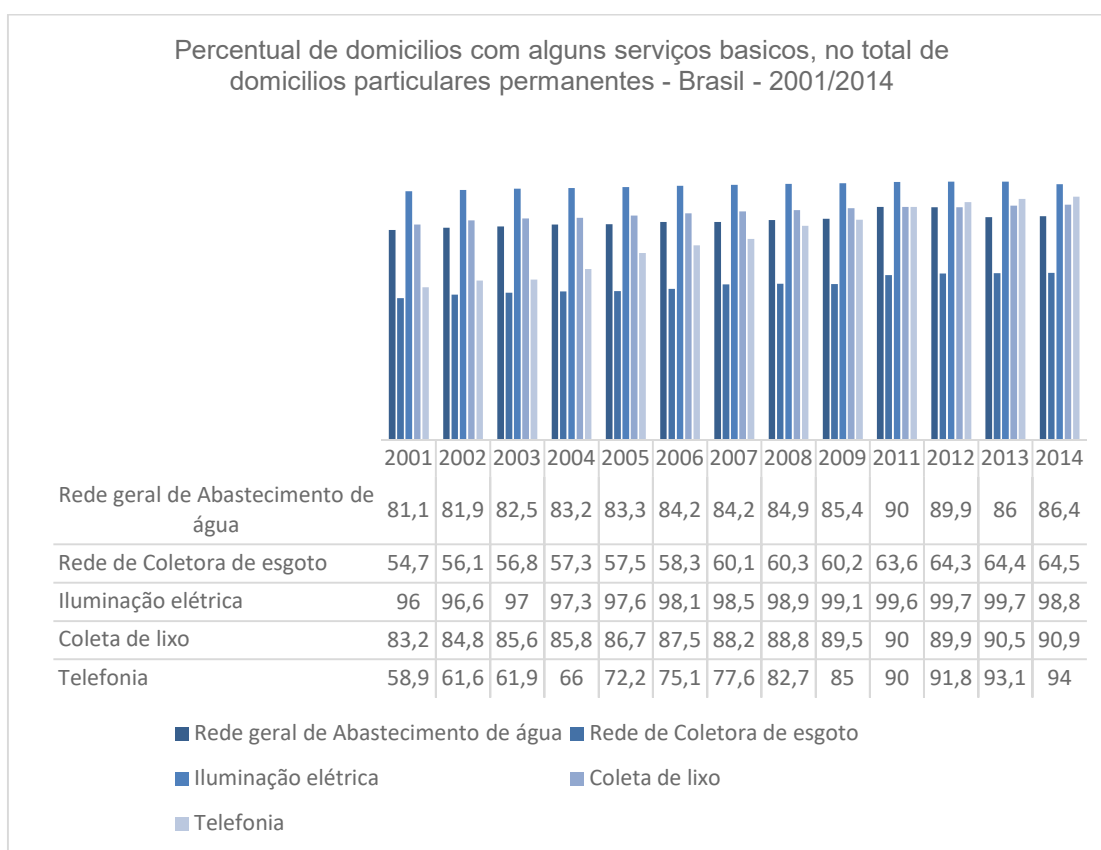
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014

2.9 - Condições de Habitação – serviços básicos nos domicílios:

Com relação à existência de serviços básicos nos domicílios, em 2014, destaca-se, em relação a 2001, o aumento das proporções de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água (5,3 pontos percentuais), rede coletora de esgotamento sanitário e fossa séptica ligada à rede coletora (9,8 pontos percentuais) e coleta de lixo (7,7 pontos percentuais). Nos casos dos domicílios atendidos por coleta de lixo e rede geral de abastecimento de água, os aumentos apontados permitiram que, em 2014, as coberturas por esses serviços alcançassem 90,9% e 86,4% das unidades domiciliares respectivamente. Por outro lado, em relação aos serviços de rede coletora de esgoto, 64,5% dos domicílios foram atendidos.

No período de 2001 a 2014, elevou significativamente a proporção de domicílios em que pelo menos um dos moradores tinha acesso ao serviço de telefonia (móvel e/ou fixo), de 58,9% para 94%.

Nesse período, no entanto, verificou-se a redução da proporção de domicílios com apenas telefone fixo convencional (baixa de 25,5 pontos percentuais) e um aumento na proporção daqueles com apenas telefone móvel celular (elevação de 48,5 pontos percentuais). Veremos isso graficamente a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

Capítulo III

Políticas sociais

3.1- O projeto Neoliberal e a Questão Social:

A constituição de 1988 sancionou os direitos trabalhistas e sindicais bem como um composto de proteção social inspirados em alguns valores do regime de Estado de Bem Estar Social (Igualdade, Direitos, Universidade e Seguridade).

No entanto, em 1990 essas conquistas dos movimentos sociais se contradizem ao ideal do “grande consenso favorável às políticas de ajustes e às reformas propugnadas pelo Consenso de Washington” (Fiori ,1993). A política deixou de implementar projetos de transformação social e na economia.

Na esfera social, no período de 1990 – 2002, ocorreu uma contradição entre a estratégia macroeconômica e as possibilidades do desenvolvimento social. Com a estagnação econômica e o endividamento público acentuaram a crise no mercado de trabalho e reduziram as possibilidades do gasto social.

Neste cenário, o projeto neoliberal pleiteava a exclusão do capítulo sobre a “Ordem Social” da Constituição da República. Os valores do Estado Mínimo (focalização, privatização, supressão de direitos, desregulação dos contratos trabalhistas) atuavam como instrumento de ajuste macroeconômico e da reforma liberal do Estado. E desta concepção que podemos perceber a força das ideias que procuravam estabelecer a *focalização* como “estratégica única” para atingir o “bem estar”.

3.2- O progresso econômico e a inclusão social:

No início da década passada, com a urgência dos governos progressistas na América do Sul, o continente passou a procurar alternativas ao neoliberalismo, estando o Brasil à frente desse processo.

Porém, essa via tem sido um processo árduo no qual sofreu críticas nos primeiros anos do Governo Lula. Eleição de 2002 retomava as esperanças por mudanças. Era a primeira vez que um líder sindical que desafiou a ditadura militar subia a rampa do planalto.

No período entre 1999-2002 o Partido dos Trabalhadores (PT) elaborou um projeto “social-desenvolvimentista” com o propósito de “reconstruir o Brasil depois do turbilhão neoliberal”. Contudo, em plena campanha eleitoral, os ânimos foram contidos para proteger o status quo social, os agentes financeiros passaram a apostar contra o Brasil. “Era uma verdadeira chantagem o que os mercados faziam com os eleitores brasileiros” afirma Belluzzo (2005).

Apesar das críticas o crescimento voltou a fazer parte da agenda governamental após quase três décadas de marginalização e passou a existir maior harmonia entre os objetivos econômicos e sociais. Pode-se dizer, que este movimento ajudado pelo comércio internacional favorável e a política econômica manteve-se acomodada em câmbio valorizado, altos juros, metas de inflação, superávit primário e a total autonomia do Banco Central.

A conduta em favor do crescimento havia sido fortalecida antes da crise internacional. Em 2007 ocorreu o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual procurava reforçar o papel do Estado na

coordenação dos investimentos públicos e privados realocados para expansão da infraestrutura econômica e social.

O destaque do crescimento foi fortalecido pelo surgimento da crise internacional. E medidas anticíclicas foram adotadas, a meta do superávit primário foi suavizada e os bancos adotaram estratégias ofensivas de ampliação do crédito, que praticamente dobrou entre 2003 e 2012 (de 24% para 50% do PIB). Na área da habitação, outra medida anticíclica foi adotada, no qual foi lançado um novo programa denominado “Minha Casa, Minha Vida”, com a finalidade de erguer um milhão de moradias nos próximos anos; o programa teve como inovação adotar mecanismos flexíveis de financiamento, facilitando o acesso à habitação aos estratos de baixa renda, fato inédito na política habitacional no Brasil.

Esse crescimento teve repercussão positiva tanto sobre o mercado de trabalho quanto no aumento do gasto social. Ambos os fatores mostraram uma maior articulação entre os objetivos econômicos e sociais em relação ao passado.

Entre 2003 e 2012, mais de 20 milhões de empregos formais foram criados e fez com que a taxa de desemprego caísse pela metade (de 12,3% para 5,5%). Outra medida pontual foi a criação da política de valorização gradual do salário-mínimo (SM). Em função dessa medida, em igual período, o salário-mínimo elevou-se mais de 70% acima da inflação. Houve recuperação do emprego e da renda do trabalhado e potencializou o mercado interno, implementando um ciclo virtuoso entre produção, consumo e investimento.

A valorização do salário-mínimo também gerou impacto positivo sobre a renda dos beneficiários da Seguridade Social, outro setor que impulsiona o mercado interno. Ao observarmos o ano de 2012 notamos que a Seguridade Social concedeu cerca de 37 milhões de benefícios diretos (previdência urbana e rural; assistência social e seguro-desemprego). Mais de dois terços desses benefícios são proporcionais ao piso do salário-mínimo e tiveram seus valores recalculados em mais de 70% da inflação.

O acionamento da atividade econômica fez elevar as receitas tributárias, melhorando as contas públicas e abrindo capacidade para expansão do gasto social, um dos fatores estratégicos que impulsionou o ciclo econômico e seu caráter mais redistributivo.

O Gasto Social Federal (GSF) per capita elevou-se de forma considerável entre 2004 e 2010, passando de 2.100 para 3.325 reais, obtendo um aumento real de aproximadamente 60% (valores constantes de 2010). Em valores absolutos, o GSF apontou um crescimento real de aproximadamente 70% nesse período (passou de 375 para 638 bilhões de reais). Em relação ao PIB, o mesmo passou de 13,2% para 15,5% (Castro e outros, 2012).

No entanto, as transferências de renda também obtiveram um aumento expressivo com o programa Bolsa Família. Atualmente o programa atende cerca de 13,8 milhões de famílias e contribuiu para que o número de pessoas que vivem na linha da miséria extrema diminuísse pela metade entre 2003 e 2011 (24,4% para 10,2% da população total). Em um período de dez anos, o Brasil cumpriu o compromisso com os Objetivos das Metas do Milênio, estabelecidas pela ONU prevista para ser finalizada em 25 anos.

Porém, os gastos federais com educação por exemplo, dobraram (valores constantes), passando de 21,2 para 45,5 bilhões de reais entre 2000 e 2010 (Castro e outros, 2012). Isso ocorreu da maior prioridade conferida ao setor, expresso, entre outras medidas, pela exclusão da incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) ocorrida em 2009.

Os gastos federais com a saúde aumentaram cerca de 60% em termos reais entre 2000 e 2010 (de 41 para 69 bilhões de reais) (Castro e outros, 2012), apesar de que a participação relativa da União no gasto total tenha diminuído: era aproximadamente 60%, em 2000, e passou para 44,7% em 2011. Nessa etapa, a participação dos estados passaram de 18,5% para 25,7%, enquanto a dos municípios elevou-se de 21,7% para 29,6%. Esses resultados demonstram os impactos diferenciados da Emenda Constitucional nº 29 (EC 29) em cada ente da federação, no qual é consistente com o

princípio constitucional da descentralização, aumentando a participação dos estados e municípios no financiamento das ações e serviços de saúde.

O setor de saneamento que vivia um problema estrutural crônico desde a década de 1980, voltou a receber alguma atenção a partir do ano de 2007 no âmbito do PAC. No período entre 2000 e 2009, os gastos federais com o setor passaram de um patamar de 2 para 8 bilhões de reais.

Vale ressaltar, que houve um aumento nos gastos em habitação popular, a partir do surgimento do Programa Minha Casa, Minha Vida que atingiu 1,3 milhão de moradias entregues até em meados de agosto de 2013, amparando mais de 4,6 milhões de brasileiros. O fundamental, no entanto, é que, pela primeira vez, as famílias com rendas abaixo de três salários-mínimos passaram a ser alcançadas pelas políticas habitacionais, em função da expansão de recursos fiscais para financiar esse programa.

Com a melhor harmonização entre as políticas econômicas e as sociais, promoveu uma melhora nos indicadores de distribuição da renda, mobilidade social e consumo das famílias. Estudos mais recentes revelam que o Brasil em 2011 conseguiu seu menor nível de desigualdade de renda medido pelo Índice de Gini desde 1960. No período entre 2003 e 2012 a desigualdade social entre os assalariados caiu de forma expressiva: o rendimento médio real mensal dos trabalhadores elevou aproximadamente 30% enquanto que, para os 20% os mais pobres o rendimento subiu para 70%. O aumento da renda do trabalho foi responsável por cerca de 60% da diminuição da desigualdade social; a Seguridade social colaborou com 27%; e o Programa Bolsa Família com 13% (Ipea, 2012).

Outra melhora também ocorreu na renda funcional, os estudos Pochmann (2011) salientam que entre 1995 e 2004, a renda do trabalho perdeu 9% do seu peso relativo na renda nacional, enquanto que a renda da propriedade cresceu 12,3%. Entre 2005 e 2010 verificou-se uma inversão de dados. O peso do salário aumentou 10,3% e o da renda da propriedade declinou 12,8%.

No entanto, a estratégia de desenvolvimento para o Brasil não se pode ser pautado apenas em programas emergenciais focados naqueles que estão sujeitos à fome e a miséria externa, bem como a margem do trabalho ou insuficientemente inseridos (mais de 70% dos adultos do Programa Bolsa Família) e ainda os indivíduos que são pobres por renda monetária, mas, precisamente pela ausência de bem estar.

O deslize neoliberal é almejar fazer desse eixo, transferência de renda com condicionalidades, “estratégia única” de enfrentamento do problema social.

A recuperação da economia propiciou geração de emprego, a valorização do salário mínimo, a expansão do gasto público, ampliação da renda do trabalho, ampliação da renda do trabalho e das transferências monetárias das políticas universais.

3.3- A desigualdade como fundamento da sociedade brasileira:

Os grandes estudiosos do pensamento social brasileiro observaram que a pobreza e a desigualdade - fenômenos distintos e, em algumas medidas e complementares – tem no país um papel constitutivo, capaz de concentrar a renda, a riqueza, o poder e a cultura nas mãos de poucos, e definir os caminhos nos quais a sociedade deve seguir. E nesse contexto, mantem expressivas parcelas da população sub-remuneradas e sem acesso a direitos básicos, tanto em setores dinâmicos, quanto em funções precárias, que são os chamados empregos informais ou não capitalistas, dos setores urbanos e rurais.

Um dos pontos principais para esse entendimento é oferecido pelo conceito de capitalismo dependente de Florestan Fernandes, desenvolvido a partir da colaboração dos autores como Caio Prado Jr e Celso Furtado.

“Em consequência, o seu próprio crescimento econômico interno espelha, estrutural e dinamicamente, a natureza, a intensidade e a variação ou flutuação das economias nacionais a que se associam heteronomicamente”. (Fernandes, 1968: 38).

O capitalismo dependente caracteriza-se pelo fato de que o poder agressivo e criador do capitalismo não removeu, no Brasil, o método constante às reformas sociais pré-capitalistas. De acordo com o conceito descrito a cima, é possível definir historicamente a economia do país:

- a) Possuir uma ordem capitalista interna, mais dinamizada a partir de fora e, com isso, ficar subordinado a um crescimento econômico, político e sociocultural controlado por nações hegemônicas que estão associadas a interesses dominantes internos.
- b) Desse modo, com a decisão política sobre o caráter da modernização, esses interesses são selecionados através de imposições do mercado mundial e organizam a sociedade de forma a manter as distancias sociais;
- c) Uma colocação muito específica no mercado mundial que lhe dará uma autonomia relativa. É uma economia que, desde a sua fundação, foi criada para ser fonte de excedente para as nações hegemônicas, mas, ao mesmo tempo, dependente de aplicações do mesmo excedente para produzir.

Na verdade, para estabelecer como fonte primordial para acumulação de capital em nível mundial, muitas vezes, aproveitando para dinamizar o mercado interno e até mesmo gerar relações de complementariedade e oposição com setores da burguesia nacional e do Estado.

A independência política se deu através de grupos dominantes locais que tomaram o poder e reorganizaram a repartição do excedente econômico, mas não mexiam nas diferenças sociais e na dinamização da economia a partir de fora. Procedeu-se então, a transformação do senhor em cidadão. Dois planos de poder se superpuseram: a manutenção da ordem patrimonialista e a organização do poder central. “Não obstante, tem início a organização interna de uma economia de mercado, liberando os móveis puramente capitalistas de comportamento econômico, ainda que estes se figurassem ainda enquistados e/ou subordinados à sociedade hierárquica e estamental”. (Fernandes, [1974]1987).

Estabeleceu-se então uma incorporação internacional a partir da expansão da Revolução Industrial na Europa. Segundo Prado Jr [1945] (1985), a segunda metade do século XIX marca a profunda transformação na economia brasileira: “um incipiente capitalismo dava seus primeiros e modestos passos”. Associando as finanças internacionais e à expansão dos mercados externos.

Nesta segunda fase, que foi apontada basicamente pela lavoura exportadora de café e pela ampliação do capital comercial nas áreas urbanas, geralmente relacionada aos capitais ingleses, a agricultura continuou sendo a origem produtora de excedentes e riqueza, se tornando peça chave na continuação da extrema concentração de renda e poder. Porém, novas classes surgiram de maneira subordinada especialmente naqueles setores e regiões já em transição para uma “economia de trabalho assalariado”, como sugere Furtado (1959).

A terceira fase inicia-se com a centralização do poder estatal, elaborando uma nova estrutura material, capaz de projetar as condições institucionais para a introdução de um novo modelo de acumulação, que tem por característica uma realização parcial interna crescente. (Oliveira, [1972] 2003). Paralelamente, e de maneira inquestionável a partir dos anos 50, o mesmo se organiza, se adapta e se transforma de maneira a abrir espaço para a transnacionalização das grandes empresas de nações hegemônicas. Esta expansão econômica não linear e sujeita as barreiras impostas pelas coalizões políticas e de classes, fomentou uma nova forma de organizar a produção em relação capital-trabalho, além de aprofundar os laços inter- setoriais e acentuar o afastamento entre o campo e a cidade.

Devido ao seu desenvolvimento histórico. Por se tratar de um capitalismo com formação específica,

(...) classes e relações de classes carecem de dimensões estruturais e dinamismos societários que são essenciais para integração, a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social inerente à sociedade de classes. (Fernandes, 1975:35).

Em suma, foi necessário ao capitalismo ajustar-se (e não superar) a estrutura social brasileira e seus resíduos coloniais, gerando novas posições de classes subordinadas, não típicas do capitalismo clássico, as quais contribuíram para elevar a acumulação de capital.

Entretanto, manter uma estrutura social tão desigual, na falta de vazão para as tensões sociais, obrigou (e obriga) a classe burguesa a agrupar várias posições de classe e de mercado, a fazer uso de formas pré-capitalistas de autoproteção, tanto através da impetuosidade econômica, política e cultural como, se necessário física.

Resumindo:

A base cultural com que contam (os burgueses), para se firmar como classe em si para si, é tão fraca, que não podem despojar a ordem social competitiva de arranjos variavelmente pré ou extra capitalistas. (Fernandes, 1975:70).

Nesse contexto, é inevitável que a explicação para a dependência está na relação entre classes. É aí que surge a desigualdade social como um elemento que compõem o capitalismo realmente existente no Brasil, o que vem a solidificar com o golpe ocorrido em 1964.

No entanto, essa equação só será resolvida no âmbito político fixando-se em uma estrutura social sinalizada pela fragmentação dos interesses das bases e por uma cúpula relativamente unida em torno dos seus interesses de classes imediatos.

Neste cenário, os grupos dominantes, tradicionais e modernos, se juntam para preservar de forma a extrair a acumulação de riquezas. Isto no entanto, não evita que as formas mais dinâmicas e mais abundante em capital também avancem, permitindo que o capitalismo brasileiro, possa produzir internamente seus próprios ciclos (Rangel, [1985] 2005).

A forma mais sólida como se procedeu a desigualdade no Brasil durante seu processo de industrialização pode por fim, ser dividido em três processos não vividos no país (Oliveira e Henrique, 1990):

- a) Ausência de uma reforma agrária capaz de evitar, tanto a concentração do poder nas mãos de poucos, como a pauperização da população do campo que terminou expulsa de seu trabalho em razão da pobreza e da modernização das lavouras;
- b) Ausência de liberdade de organização. A repressão, por vezes violenta, a movimentos que reivindicassem a realização da democracia, isto é, ampliação do acesso aos direitos sociais e às oportunidades de participação política, além da distribuição da renda e riqueza;
- c) Ausência de ampla reforma fiscal e tributária que canalizasse parte do excedente gerado e reorientasse o uso dos recursos públicos, em relação as políticas sociais. No Brasil, esse item merece destaque em razão de que, até recentemente, o país possui um sistema de amparo a previdência social e de caráter não compensatório, isto é, valores que retornam ao trabalhador eram arrecadados a partir apenas para que se tivesse trabalho assalariado e com carteira assinada.

Em resumo, a estrutura de classe resultante do capitalismo criado no Brasil revelou-se profundamente peculiar. As classes altas fortificam-se na esfera política, utilizando a máquina estatal para assegurar seus interesses. A classe média possuem uma categoria tradicional e outro moderno, mostrando um destino social contraditório. As classes baixas urbanas (assalariados manuais de vários tipos) aceitam e valorizam o “privilegio do mundo urbano” no qual possibilita a ascensão social, encontrando-se a volta por classes sociais urbana (setor flutuante nas grandes cidades) e por uma periferia artesanal, que apenas aponta por vir a ser (Fernandes, 1968). Outras visões do mesmo período como a de Singer (1981), mostram a importância do sub proletariado (assalariados, autônomos e trabalhadores não remunerados que recebem menos que o salário-mínimo), como um dos fatores distintos da modalidade de capitalismo no Brasil. Este aspecto foi readquirido por Souza (2009), com o conceito de ralé, de modo a destacar a ausência de um estatuto global de trabalho no Brasil e o processo de

construção diferencial de seres humanos a partir da inserção social precária e de falta de ingresso a bens públicos e direitos básicos.

Dessa forma, a próxima etapa, para o enfrentamento da desigualdade como alicerce das políticas públicas e de um novo padrão de desenvolvimento, perspectivas essas imposta pela ampla coalisão de forças governam o país. A mudança do modelo de desenvolvimento do país, no sentido de combater a desigualdade e o eixo estruturante das políticas públicas, é no entanto, uma dentre muitas que rodeiam a agenda política nacional. Encontram-se respaldados nos movimentos sociais, em partes do empresariado e das classes médias e em segmentos importantes da burocracia estatal, nos quais, não se mostram hegemônicos.

Neste cenário, apontam-se algumas pré-condições para que essa nova realidade possa ser alcançada:

- Crescimento econômico elevado, com políticas tecnológica, industrial, agrícola e agraria, e de desenvolvimento urbano e regional, com geração de empregos e ampliação dos gasto social em educação, saúde, educação, habitação e saneamento básico;
- Continuidade da política de valorização real do salário-mínimo e reforma sindical para criar contratos coletivos de trabalho em escala nacional por categorias nos vários setores de produção;
- Reforma fiscal e tributária de modo a reduzir a agressividade do sistema e expandir as políticas de transferência de renda, o critério subsidiado e as políticas de qualificação profissional e estímulo à economia brasileira;
- Incorporação ao combate à desigualdade por todas as políticas públicas de modo a diminuir de maneira crescente as disparidades de oportunidades e de renda do gênero, raça/cor, níveis de escolaridade e geracionalidades;
- Construção de um novo federalismo a partir da atuação consorciada de municípios, estados e União para combater as várias formas reprodução da desigualdade, por meio de políticas descentralizadas.

A batalha à desigualdade no país está relacionada a uma maior presença e diversificação da economia brasileira, este processo não pode

prosseguir às custas de outros países mais nobres dotados de menor potencial produtivo. Ou seja, a agenda do combate à desigualdade não pode estar fadada a um espaço específico, pois os ventos de um capitalismo cada vez mais instáveis, em especial os países do Atlântico Norte, podem afetar os esforços que várias nações vem buscando através de alternativas mais preponderantes de desenvolvimento.

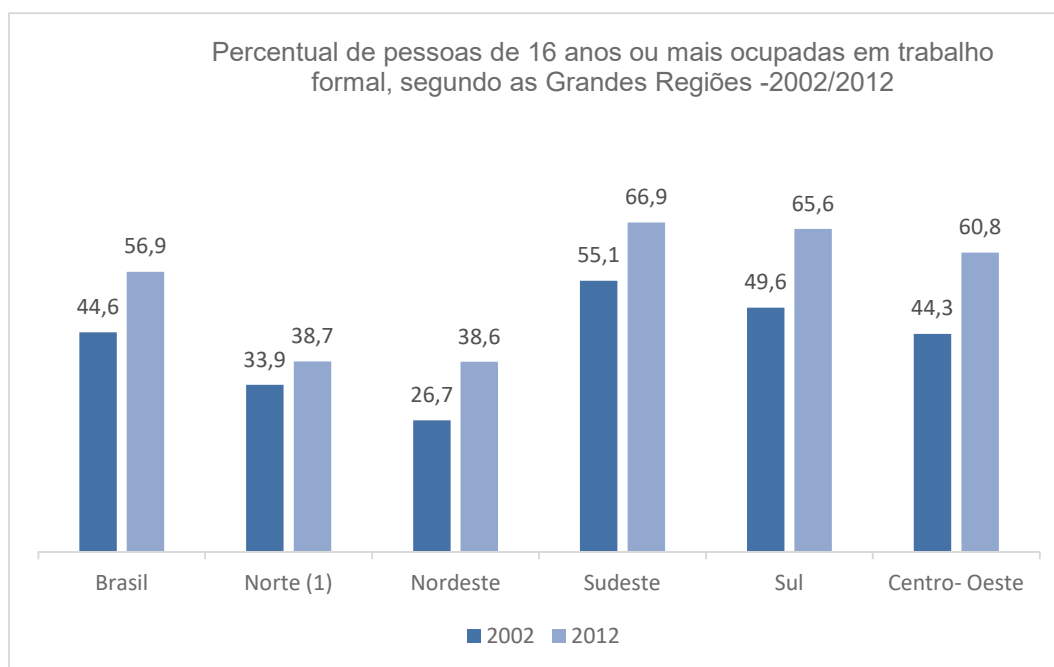
3.4 - Uma análise das condições de vida da população brasileira:

Os gráficos a seguir têm por objetivos mostrar a realidade da sociedade brasileira, em especial, para fazer uma avaliação da qualidade de vida e os níveis de bem-estar dos indivíduos, as famílias e grupos sociais, a realizar os direitos humanos e sociais, a ligar-se a diferentes serviços, bens e oportunidades.

Entre 2002 e 2012, a sociedade brasileira passou por transformações que causaram impactos importantes sobre as condições de vida da população.

Com a vitalidade do mercado de trabalho, traduzido no aumento da população ocupada e na formalização das relações de trabalho, onde um montante maior de trabalhadores passaram a lidar com uma série de direitos e benefícios atrelados à posse da carteira de trabalho e à contribuição previdenciária. E mesmo assim, ainda é relevante o número de contingente ainda no mercado informal.

Trabalho:



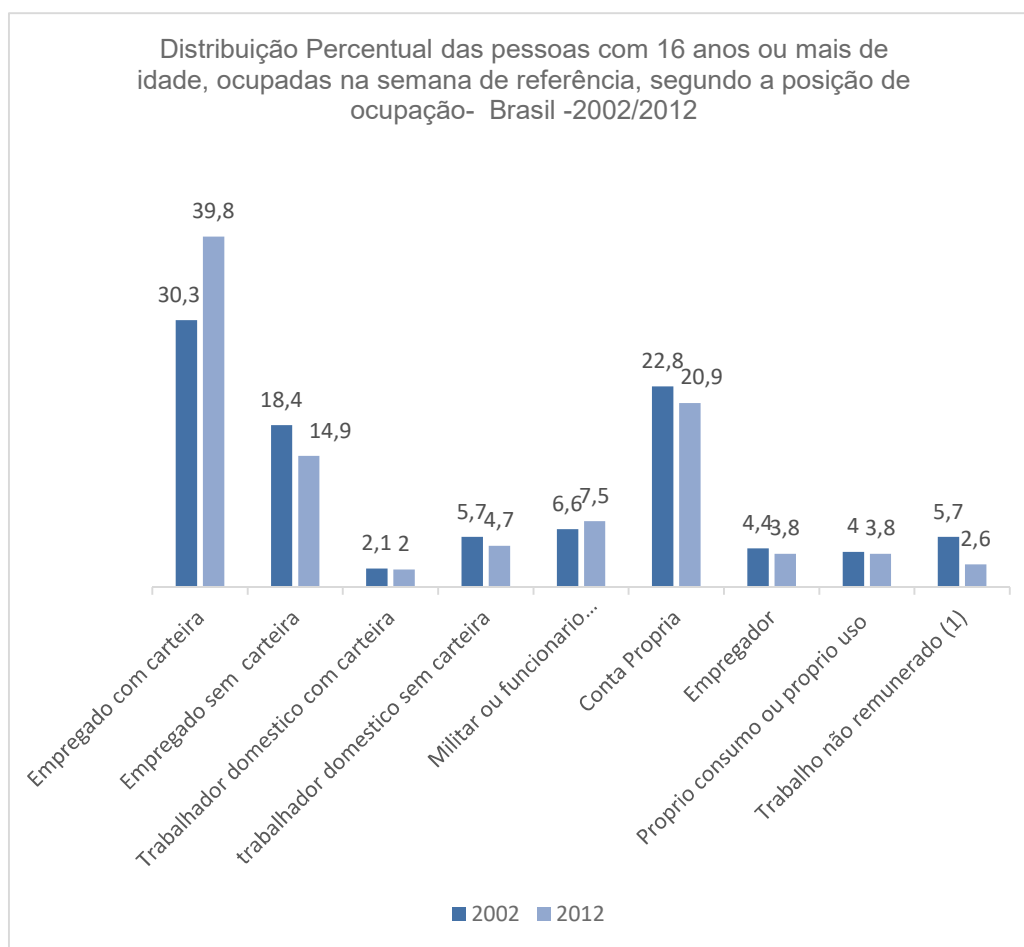
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra e Domicílios 2002/2012.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho –OIT (PERFIL...,2009).

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O crescimento da proporção dos trabalhadores nos trabalhadores formais são de 12,3% entre 2002 e 2012.

Na RAIS, o número de empregos formais passou de 29,5 milhões, em 2003, para 47,5 milhões em 2012.

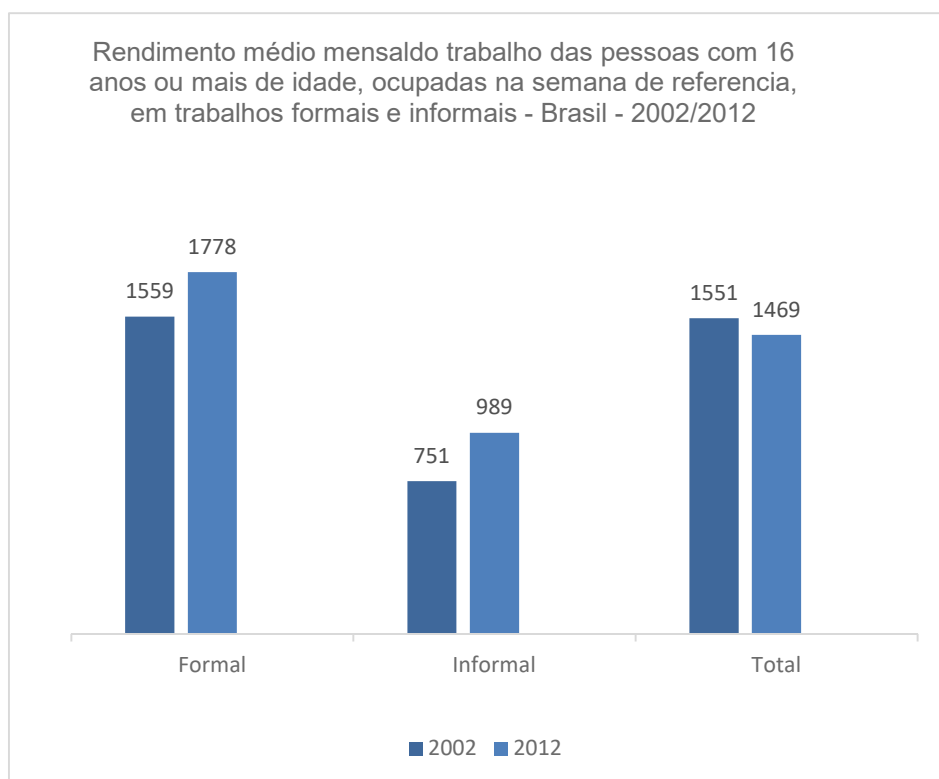


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra e Domicílios 2002/2012.

(1) Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar; e outro trabalhador não remunerado. (2) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Aumento da proporção de empregados com carteira no total de ocupados de 9%.

Expansão da cobertura de trabalhadores por uma série de benefícios associados à posse de carteira.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra e Domicílios 2002/2012.

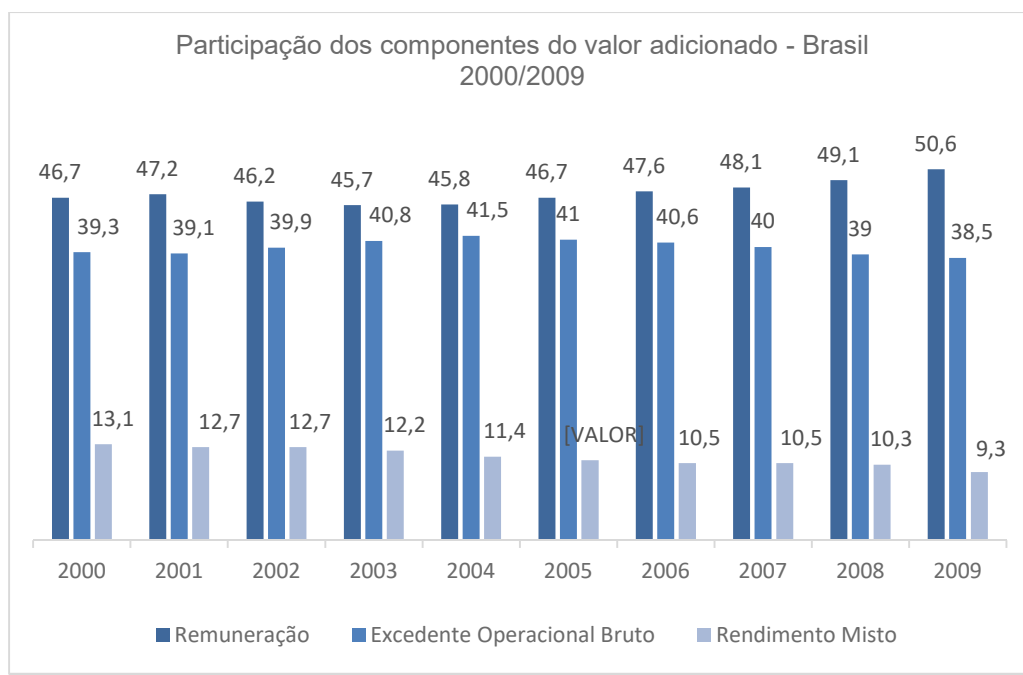
Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL...2009).

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Elevação do rendimento médio real maior entre os formais e mulheres: 31,2% em ambos os casos.

No caso das mulheres em trabalhos informais, o crescimento do rendimento médio real alcançou a marca de 38,5%.

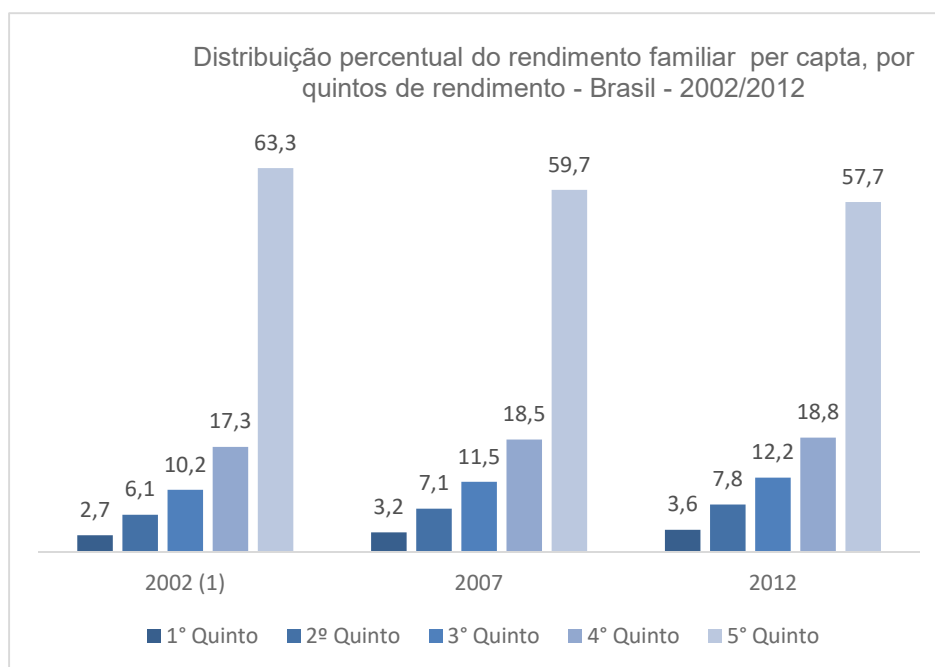
3.5 - Distribuição de rendimentos:



Fonte: IBGE, Sistema Nacional de contas

A deliberação inicial desfavorável à remuneração dos trabalhadores foi consequência, do mercado de trabalho brasileiro, da utilização de medidas econômicas contracionistas para a estabilização dos preços, oriundos da implementação do Plano Real.

O retorno do crescimento da economia e a consequente recuperação do emprego e das remunerações na renda nacional só vieram a acontecer a partir de 2004: elevação contínua de crédito, redução das taxas de juros, expansão dos rendimentos médios do trabalho e do ganho real do salário mínimo, declínio da taxa de desemprego e maior formalização das ocupações.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra e Domicílios 2002/2012.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3.6 - Condições de vida pela visão da realização de direitos:

Acesso limitado à educação:

Crianças e adolescentes de 0 a 14 anos de idade que não frequentavam a escola; pessoas de 15 ou mais de idade analfabetas; indivíduos de 16 ou mais de idade que não tinham concluído o ensino médio.

Acesso limitado à qualidade nos espaços dos domicílios:

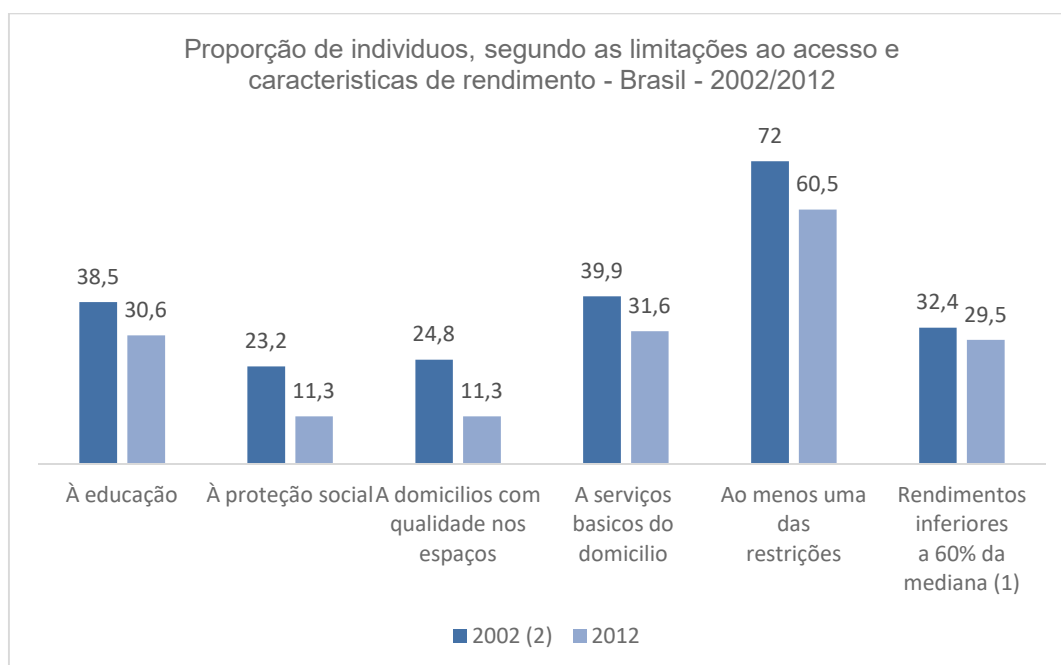
Moradores em domicílios cujas as paredes não eram de alvenaria ou madeira telhada; telhado cuja o material dominante não era a telha, laje ou madeira aparelhada; e cuja a quantidade de moradores por dormitório era maior a 2,5 pessoas.

Acesso limitado aos serviços básicos de saneamento e iluminação:

Moradores em domicílio cujo o abastecimento de água não era por rede geral; esgotamento sanitário não era realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica; sem coleta de lixo adequada direta e indiretamente; ou ainda sem iluminação elétrica.

Acesso limitado à proteção social:

Moradores em domicílio sem ao menos uma pessoa com 10 anos ou mais de idade com algumas das seguintes condições: contribuinte para o instituto de previdência social em qualquer trabalho; aposentado; pensionista do instituto de previdência ou beneficiário de programa de transferência de renda. Utilizou-se como proxy dos beneficiários de programas de transferência de renda as que declaravam receber outras formas de rendimentos, o que inclui programas sociais, e possuem rendimentos domiciliar menor que $\frac{1}{2}$ do salário mínimo.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios 2002/2012.

Notas: (1) Exclusive pessoas sem declaração de rendimento domiciliar per capita e pessoas cuja a condição do domicílio era pensionista, empregado doméstico. (2) Exclusive população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3.7 - A conjuntura Nacional e Internacional da reintegração do debate sobre a distribuição de renda e crescimento:

A ditadura de 1964 não cessou o desenvolvimento industrial e urbano e a incorporação do mercado nacional, uma vez que era de interesse do empresariado e das camadas médias, sua política de base. A ditadura buscou “livrar” o desenvolvimento da singularidade trabalhista e do nacionalismo “populista”, e acionou a intervenção estatal para reduzir a autonomia financeira e cambial e incentivar o crescimento às custas de uma piora na distribuição de renda (Bastos,2012). Assim, que o governo militar tenha deixado de lado a questão social, pode-se levar em conta que todo período que vai de 1930 a 1980 como uma ideia desenvolvimentista nas políticas brasileiras.

O ponto alto da estratégia nacional – desenvolvimentista foi o Milagre Econômico, que foi o período compreendido entre 1968 e 1974, em que houve um forte desempenho da economia brasileira. Este, no entanto, convivia com a forte concentração de renda, aumentando o endividamento externo e altas taxas de inflação. Porém, entre 1930 e 1980, estabeleceu-se no Brasil um parque industrial complexo e diversificado e apesar da piora na distribuição de renda, observou-se a queda de incidência da pobreza (Diniz,2011).

A ideologia Liberal, foi resumida atrás do Consenso de Washington, e retomada no Brasil como a solução para a crise de desenvolvimento industrial e de o Estado planejador, na década de 1980. Esta ideologia foi orientada das “recomendações” de política econômica dos órgãos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Banco Mundial (BIRD) para o país. Os neoliberais expandiram a crítica feita pela ditadura para o desenvolvimentismo em si, rejeitando seu destaque no mercado interno e na sua industrialização por substituição de importação. Fazem críticas ao protecionismo à indústria nascente e intervenção do Estado na estratégia industrializante sob o reconhecimento da perda de eficiência e má alocação de recursos do ponto de vista das vantagens corporativas. O protótipo colocado então era o Market friendly, definindo a intervenção do Estado como sendo de caráter complementar sobretudo regulatório, visando melhor funcionamento do mercado.

Basicamente a partir da década de 1990, sob os governos Collor e FHC realizou-se uma mudança essencial na agenda pública, evidenciando a suspensão com o nacional-desenvolvimentismo. Com o apoio da vasta coalisção de centro direita, as prioridades do governo passaram a ser estabilização e reformas estruturais. A escola neoliberal defendeu a não intervenção estatal na economia e utilizou ao longo dos anos 1980 e 1990, flexibilizando a legislação trabalhista e o gasto social, vender empresas estatais, elevar as taxas de juros segundo os interesses do “mercado” e conduzir os bancos públicos para o apoio as privatizações.

A explicação para a política liberal era de que a não intervenção iria permitir que os ramos exportadores gerassem mais reservas e indústria diversificada encontraria novos nichos de mercado, dependendo cada vez menos do mercado interno. Além disso, considerou-se interessante diminuir a proteção do mercado interno, pois o resultante “choque de capitalismo” da importação de bens de consumo e produção mais baratos que os semelhantes locais elevariam a eficiência das empresas nacionais que sobrevivem de modo que estas aumentariam suas exportações a um nível de compensar a elevação das importações. Para completar o modelo orientado para fora foram feitas as privatizações, a contenção do gasto público e a abertura ao financiamento externo.

Ao longo do governo FHC, consolidou-se a estabilidade econômica, que se tornou um valor ao ideário político de boa parte da população, superando muitas divisões ideológicas. Entretanto, o desempenho econômico foi pífio, entre 1995 e 2002 o país expos baixas taxas de crescimento, alto desemprego, baixa na produção industrial e desnacionalização da economia. Ao final de 1990, a insatisfação crescente frente às promessas não cumpridas do governo de dinamismo e retomada do desenvolvimento começa a ocorrer uma coalisção neoliberal.

O período de 2002 a 2008 foi sinalizado pelo fortalecimento do pensamento crítico e busca por mudanças nas prioridades das agendas publicas a nível internacional.

O debate teórico desenvolvido no início do milênio também envolve críticas às perspectivas que defendem o esvaziamento do papel do Estado para a obtenção de independência financeira e produtiva dos países em escala nacional. Assim, resgata-se a relevância do papel do Estado: retorna a fazer sentido a existência de estratégias diferenciadas de desenvolvimento e coordenação estatal para gerenciar o aumento e a inserção internacional dos países.

Nesse sentido, o aumento teria papel importante, pois além da elevação das rendas privadas, também cresce as possibilidades do Estado de financiar a seguridade social e intervenção ativa. O Crescimento é entendido por Sen como elemento necessário, mas não suficiente.

No Brasil, a primeira década do terceiro milênio também foi marcada por revisão de princípios e inflexões em vários cenários. O primeiro ponto de inflexão corresponde ao fim do consenso que legitimava a agenda neoliberal implantada durante o governo FHC.

O segundo mandato do presidente que foi de 1999 a 2002, gerou uma perda de popularidade crescente, e o resultado foi mostrado através do enorme custo social das políticas adotadas e do descontentamento dos empresários industriais.

Neste cenário, após a ruína da experiência liberal, é retomado o Brasil o interesse pela discussão de novas estratégias de desenvolvimento, alternativas tanto à opção ortodoxa convencional, quanto à nacional-desenvolvimentista do passado.

As ideias centrais das correntes do debate:

Nesse debate, podemos destacar duas vertentes da visão heterodoxa que vem construindo um debate sobre a melhor estratégia de desenvolvimento para o Brasil.

São eles: o social desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo distributivo, orientado pelo Estado, e o novo desenvolvimentismo, também chamado de desenvolvimentismo exportador do setor privado.

A primeira corrente tem mais influências da tradição estruturalista, enquanto que a segunda corrente apresenta grande influência da crítica liberal ao desenvolvimentismo.

Essas duas correntes participam do debate ideológico que, nos últimos anos, envolvem a academia e a política nacional. O notável aumento vivenciado a partir de 2004, que apareceu ao longo do período de queda do crescimento das duas décadas anteriores, simultaneamente a uma melhora na distribuição de renda, não passou despercebido.

O contexto político atual reflete esse debate em vários períodos até antecipando a formalização teórica. Verificaremos mais à frente a aproximação de algumas políticas aplicadas na última década às ideias correntes citadas, discutiremos agora seus princípios e fundamentos teóricos.

O novo desenvolvimentismo:

O conceito de novo desenvolvimentismo foi desenvolvido no Brasil por Bresser Pereira e constitui-se em um conjunto de recomendações de reformas institucionais e políticas econômicas voltadas para economias de desenvolvimento médio tendo em vista alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos. O novo desenvolvimentista incorporou a teoria do crescimento puxado pela demanda agregada. Segundo a teoria, as economias cuja a moeda não é conversível, o crescimento ao longo prazo é puxado pelas exportações de produtos manufaturados. O modelo mostra também, a perseguição do crescimento que deve ser configurada através da aplicação de políticas macroeconômicas específicas, que entre suas diversas soluções, garantiriam, no longo prazo, a estabilidade da distribuição funcional da renda. Neste modelo a distribuição funcional da renda não é considerada desejável enquanto condicionalmente do crescimento, ao contrário, defende-se as políticas de moderação de gastos sociais e salários.

O novo desenvolvimentismo integra a visão keynesiana de crescimento puxado pela demanda agregada. Em contraposição a teoria neoclássica esta visão considera a disponibilidade de fatores de produção (trabalho, capital e tecnologia) dependente da demanda, endógena, uma vez

que é produto do investimento passado, o qual é realizado em função das expectativas da demanda agregada. Desse modo, o estoque de capital não seria uma constante determinante pela natureza, como sustentam os neoclássicos, ele depende da vontade dos empresários expandi-lo. Essas ideias são baseadas no conceito keynesiano de que a oferta depende da demanda, contrariando pressupostos fundamentais neoclássicos fundados na Lei de Say.

No entanto, se a taxa de crescimento dos gastos do governo for mais elevado do que a taxa de crescimento das exportações, o produto e a renda domésticos cresceram mais rapidamente que as exportações, induzindo um aumento das importações.

Assim, a ótica do balanço de pagamentos e segundo a teoria novo-desenvolvimentista, o aumento sustentável tem que ser liberado necessariamente por exportações, configurando um regime de crescimento export-led.

O novo-desenvolvimentismo também considera sustentável no longo prazo o aumento liberado pelos salários, ou wage-led.

Quanto a política macroeconômica, define um regime de política macroeconômica ideal com aquele que tenha compatibilidade entre as metas operacionais das diversas políticas (todas podem ser atingidas simultaneamente, sem que a execução de que uma comprometa o sucesso da outra) e garanta a sustentabilidade do crescimento econômico de longo prazo.

As metas de política monetária são estabilidade de inflação em médio e longo prazos e taxa de crescimento sustentável para o produto real. Para alcançar essas metas a autoridade monetária deverá utilizar a taxa de juros e instrumentos de natureza regulatória prudencial, como depósito compulsórios e controle de capitais. No curto prazo é tolerada certa variação da inflação como instrumento de suavização das flutuações no nível de atividade.

Cabe evidenciar que a teoria novo-desenvolvimentista brasileira assume que a inflação é explicada majoritariamente pela demanda, por conta,

sobretudo dos gastos do governo, expansão do crédito ao consumo e dos aumentos salariais acima da produtividade.

A política fiscal deve ser limitada à estabilização do nível de atividade econômica, suavizando flutuações na taxa de crescimento do produto em relação à taxa sustentável de longo prazo, que é no caso, a taxa de crescimento das exportações.

A política fiscal também, deve buscar manter a relação dívida pública/PIB em patamares baixos no longo prazo. A preservação da dívida pública relativamente baixa é justificada por três razões: primeiro, pois a relação elevada piora a distribuição de renda, uma vez que os detentores de títulos públicos em geral são indivíduos da porção mais abastada da população e os juros que recebem são pagos através de impostos por toda população; segundo, o aumento acumulativo de juros sobre a dívida reduz a parcela do orçamento destinada a infraestrutura e políticas sociais; em terceiro lugar, há possibilidade de rompimento da confiança na capacidade de pagamento de juros e amortização da dívida o que aumenta seu custo de rolagem.

A corrente do novo-desenvolvimentista surgiu sob a influência do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), preservando uma relação com as bandeiras históricas do partido, tais como as privatizações, contenção dos gastos sociais e primazia do setor privado. Por outro lado, a corrente critica diversos pontos de gestão macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), como política cambial com moeda valorizada e a rapidez com que foi operada a abertura comercial.

O novo-desenvolvimentismo vinculou-se à crítica às políticas neoliberais, buscando também diferenciar-se do nacional-desenvolvimentismo. Carlos Bresser Pereira ex-integrante do governo FHC é considerado o desenvolvedor do conceito do novo desenvolvimentismo no Brasil, pois apesar de ter a visão sobre a distribuição de renda diversa da de seu ex-partido e da corrente, ele sistematizou em seus trabalhos a estratégia de desenvolvimento do novo desenvolvimentismo.

Segundo Bastos (2012), a visão de Bresser Pereira sobre a distribuição de renda tem semelhança com a teoria de Arthur Lewis: a oferta ilimitada de mão de obra criaria uma tendência à determinação de salários abaixo da produtividade estrutural, conformando insuficiência de consumo. Nesse sentido, o autor defende uma política de rendas que garanta a transferência dos ganhos de produtividade aos salários. Por outro lado, o autor não apoia a política de rendas do governo Lula, questionando que o reajuste de salários acima da produtividade teria estrangulado os lucros.

Uma peculiaridade notada por Bresser Pereira, é que os países subdesenvolvidos tem por tendência a apreciação da taxa de cambio decorre de

ciclos de abundância de financiamentos externo ou elevação dos preços das commodities.

COSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas pesquisas para formatação desta monografia, procuramos levantar dados bibliográficos que fortalecessem a nossa intenção de demonstrar os fatos ocorridos nas décadas de 1960 à 2014, que interferiram positiva ou negativamente na economia brasileira.

As mudanças dos padrões produtivos, a baixa oferta de mão de obra qualificada, compressão salarial, o avanço da tecnologia no setor produtivo com a baixa qualidade do sistema educacional brasileiro, monopólios estabelecidos interferindo na distribuição de renda, etc....

Tudo isso, somado à crise econômica ocorrida ao longo das décadas citadas, nos mostrou que a falta emprego, levou em certo momento a mão de obra para o setor informal; obrigando o governo a através dos programas sociais “Bolsa Família” entre outros, dar assistência as família de baixa ou nenhuma renda.

Procuramos passear pela história, onde estudamos a influência dos novos padrões produtivos ocorridos entre 1960 – 1970, compressão do salário, a estagnação da oferta de mão de obra qualificada frente ao avanço tecnológico, o império dos monopólios interferindo na distribuição de renda, as tentativas do governo (década 1990), com planos na busca da estabilidade econômica.

Por fim chegamos ao citado “Bolsa Família” entre outros programas sociais, embora importante para a sustentabilidade das famílias de baixa renda, beirando a miserabilidade, é considerada por muitos como um incentivador para que os favorecidos pelo programa, deixem de procurar emprego, elevando as estatísticas do desemprego no Brasil.

Esperamos ter conseguido alcançar nosso objetivo, que foi de contribuir de alguma forma, com informações importantes de fatos ocorridos num dado momento da política econômica do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Botinelli e Ramos – Redução da desigualdade e distribuição de renda;
- Campos – As controvérsias Acerca da Distribuição de Renda no Brasil – Uma reflexão;
- Dantas & Barreto Silva – Crescimento Econômico e Distribuição de Renda no Brasil – Uma questão em análise;
- Dieese – Evolução do Mercado de trabalho no Brasil;
- Earp e Prado – O Milagre Econômico;
- Fagnani – Tensão entre paradigmas – notas sobre a política social no Brasil (1988/2008);
- Fonseca & Fagnani – Políticas Sociais no Brasil;
- Gandra – O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil;
- IBGE 2013 – Síntese dos Indicadores Sociais;
- Matto – Evolução da Distribuição Pessoal e da Distribuição Funcional da Renda no Brasil;
- Neri Fgv – Evolução dos Indicadores Sociais Baseados em Renda;
- Remy, Queiroz, Silva Filho – Evolução Recente do Emprego Formal no Brasil – 2000 a 2008

